

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
Campus de Ciências Socioeconômicas e Humanas (CSEH)
Programa de Pós-Graduação Territórios e Expressões Culturais no
Cerrado (TECCER)

RODRIGO SPECTEROW FERNANDES

O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DE ANÁPOLIS E AS ATIVIDADES DO
GRUPO PINA (1930-1960)

Anápolis

2019



RODRIGO SPECTEROW FERNANDES

**O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DE ANÁPOLIS E AS ATIVIDADES DO
GRUPO PINA (1930-1960)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER), da Universidade Estadual de Goiás (UEG), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais e Humanidades, na área interdisciplinar, linha de pesquisa: Dinâmicas Territoriais no Cerrado.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Lobo Lemes

Anápolis

2019

Ficha catalográfica

F363p

Fernandes, Rodrigo Specterow.

O Processo de modernização de Anápolis e as atividades do Grupo Pina (1930-1960) [manuscrito] / Rodrigo Specterow Fernandes. – 2019.
96 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Lobo Lemes.
Dissertação (Mestrado em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado). Universidade Estadual de Goiás, Campus de Ciências Socioeconômicas e Humanas, Anápolis, 2019.

Inclui bibliografia.

1.Anápolis(GO) – Modernização – História - Século XX. 2.Grupo Pina – Economia e Política - Anápolis(GO). 3.Sistema urbano – História - Anápolis(GO). 4. Dissertações – TECCER – UEG. I.Lemes, Fernando Lobo. II.Título.

CDU 94(817.3Anápolis)(043.2)

Elaborada por Aparecida Marta de Jesus Fernandes
Bibliotecária/UEG/Anápolis - CCSEH
CRB1/2385



RODRIGO SPECTEROW FERNANDES

**O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DE ANÁPOLIS E AS ATIVIDADES DO
GRUPO PINA (1930-1960)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER), da Universidade Estadual de Goiás (UEG), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais e Humanidades, na área interdisciplinar, linha de pesquisa: Dinâmicas Territoriais no Cerrado.

Banca Examinadora

.....
Prof. Dr. Fernando Lobo Lemes
Presidente/UEG | TECCER

.....
Profa. Dra. Roseli Martins Tristão Maciel
Membro/UEG | TECCER

.....
Prof. Dr. Eduardo Gusmão de Quadros
Membro | Pontifícia Universidade Católica de Goiás PUC-GO

.....
Profa. Dra. Dulce Maciel Portilho
Suplente | UEG

Anápolis, 11 de abril de 2019.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao meu orientador, professor Fernando Lobo Lemes. Suas ideias, metodologia e empenho em concretizar a pesquisa foram influências valiosas para o presente trabalho.

Agradeço também aos demais professores do Programa, todos sempre dispostos e solícitos em esclarecer, acompanhar, orientar e ajudar os alunos. Tal postura contribui para um ambiente próspero aos estudos e reflexões, no qual docentes e discentes constroem juntos o resultado de suas pesquisas.

Agradeço, em especial, as professoras Dulce Maciel Portilho, Divina Leonel Lunas e Poliene Soares dos Santos Bicalho, grandes intelectuais, referências em seus campos de estudo que, mesmo em áreas distintas do saber, contribuíram enormemente com a minha trajetória no Programa.

Relembro também a disposição do diretor do Museu Histórico Municipal Alderico Borges de Carvalho, o também historiador Jairo Laves Leite, em contribuir com o presente estudo. Seu empenho e proatividade em colocar todo o acervo do museu à disposição dos pesquisadores tem sido de grande valia para inúmeros estudos.

Cito também a disposição da Associação Comercial e Industrial de Anápolis (ACIA) em colocar seus arquivos e registros privados – desde a criação até os dias atuais – à disposição da população desta cidade. Tal postura mostra respeito e consciência do papel que cabe à sociedade num país desenvolvido e organizado. Os rumos que interferem na coletividade, mesmo que isto ocorra no ambiente privado de certas instituições, associações ou sindicatos, são de interesse da população. A Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, preconiza que o interesse da maioria deve se sobrepor aos interesses individuais e privados.



Agradeço à Universidade Estadual de Goiás (UEG) que através do seu programa próprio de bolsas tem colocado à disposição dos pesquisadores bolsas de auxílio à pesquisa. Tal postura institucional tem sido determinante para o bom andamento de inúmeros estudos, pois as necessidades materiais também são uma realidade na concretização de qualquer pesquisa. Não sendo diferente nesse caso, no qual os recursos recebidos foram valiosos para a realização do presente trabalho.

No mais, agradeço a compressão e o apoio de amigos e familiares que vivem ao nosso redor e acabam por descobrir as dificuldades e nuances que cercam o desenvolvimento de pesquisas que envolvem uma dissertação de mestrado. Mesmo diante de situações de estresse e pressão, lá estão eles, prontos a nos ouvir e ajudar com suas ideias e opiniões. Enquanto estivermos cercados de familiares e amigos, não estaremos sozinhos, mesmo diante dos grandes desafios...



*E aqueles que foram vistos dançando foram julgados
insanos por aqueles que não podiam escutar a
música...*

Friedrich Nietzsche

RESUMO

O presente trabalho busca analisar a materialização do processo de modernização na região de Anápolis. O foco foi deslocado do contexto nacional e do caráter eminentemente externo, para os aspectos locais e internos dos acontecimentos. Desta forma, baseado no estudo das atividades econômicas de um importante grupo familiar que se instala na cidade no início do século XX – o Grupo Pina. Os membros da família obtêm um considerável sucesso financeiro, que acaba se deslocando também para atividades políticas. Logo se constituiu uma teia de relações econômicas entre a cidade de Anápolis e dezenas de outras cidades goianas, em grande parte sob a tutela dos negócios do grupo Pina, provocando transformações nos espaços por onde se materializava, ao tempo em que conectava, sob a influência de Anápolis, parte importante das cidades de Goiás. Assim, modifica-se a realidade socioeconômica do município e, conjuntamente, uma parte considerável do próprio Estado de Goiás.

Palavras-chave: História de Anápolis; História de Goiás; Modernização; Século XX; Sistema Urbano.



ABSTRACT

The present work seeks to analyze the materialization of the modernization process in the Anápolis region. The analytical focus was shifted from the national context and from the eminently external character, to the local and internal aspects of the events. Thus, based on the study of the economic activities of a large family group that settles in the city – the Pina Group – at the beginning of the TWENTIETH century, and obtains a considerable regional financial success, which ends up also moving to political activities of its Members. Soon it constituted a web of economic and political relations between the city of Anápolis and dozens of other cities Goianas, largely under the protection of the business of the group Pina, which was transforming both physical spaces where it materialized at the same time in which he joined under the influence of Anápolis a large part of Goiás. Thus, the socio-economic reality of the city is transformed, together with a considerable part of the State of Goiás itself.

Keywords: History of Anápolis; History of Goiás; Modernization; Twentieth Century; Urban System.



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1.	Influência de Anápolis sobre a rede de cidades goianas em 1950.....	87
Gráfico 2.	Habitantes na zona de influência de Anápolis em 1950.....	87



LISTA DE IMAGENS

Imagem 1.	A Rainha da Barateza, na Rua do Comércio, em meados de 1917.....	42
Imagem 2.	Companhia Goiana de Armazéns Gerais na Praça Americano do Brasil.....	45
Imagem 3.	Desenho do edifício sede do Banco Comercial do Estado de Goiás em 1948.....	49
Imagem 4.	Propaganda jornalística da Companhia Goiana de Fiação e Tecelagem de Algodão.....	69



LISTA DE MAPAS

Mapa 1.	Zona de influência de Anápolis em Goiás durante a década de 1930.....	27
Mapa 2.	Zona de influência de Anápolis em Goiás na década de 1950.....	84



LISTA DE TABELAS

Tabela 1.	População do município de Anápolis.....	23
Tabela 2.	Balancete financeiro do Banco Comercial do Estado de Goiás com informações sobre bens, despesas, lucros e capital do empreendimento.....	52
Tabela 3.	Aspectos financeiros do Banco Comercial do Estado de Goiás, incluindo matriz e filiais, nos anos 1947, 1953 e 1955.....	53
Tabela 4.	Aspectos financeiros do Banco Imobiliário e Mercantil do Oeste Brasileiro, incluindo matriz e filiais nos anos 1946,1947 e 1953.....	54
Tabela 5.	Situação financeira da companhia Força e Luz em 1955.....	61



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1. ECONOMIA-MUNDO: ANÁPOLIS COMO CENTRO DE UM CONJUNTO DE CIDADES.....	18
1.1. CIDADES: LUGAR DE ENCONTROS E DESENCONTROS NA HISTÓRIA.....	18
1.2. ANÁPOLIS COMO ECONOMIA-MUNDO: CENTRO DE REFERÊNCIA REGIONAL.....	23
1.3. A CIRCULAÇÃO ENTRE AS CIDADES: ANÁPOLIS E OUTROS NÚCLEOS URBANOS.....	25
1.4. ANÁPOLIS COMO VÉRTICE DOMINANTE DE UM CONJUNTO DE CIDADES.....	26
1.5. SOBRE OS CONCEITOS DE MODERNIDADE, MODERNISMO E MODERNIZAÇÃO.....	31
2. AS ATIVIDADES ECONÔMICAS E POLÍTICAS DO GRUPO PINA.....	38
2.1. A ORIGEM DA FAMÍLIA PINA: DO RIO DE JANEIRO A PIRENÓPOLIS.....	39
2.2. AS ATIVIDADES COMERCIAIS DESENVOLVIDAS PELA FAMÍLIA EM ANÁPOLIS.....	42
2.3. AS AÇÕES DO GRUPO NA ESFERA BANCÁRIA: PRIMEIRO BANCO PRIVADO DE GOIÁS.....	50
2.4. A CONJUNTURA ECONÔMICA DA CIDADE E AS ATIVIDADES INDUSTRIAIS DO GRUPO PINA.....	58
2.4.1. COMPANHIA FORÇA E LUZ: INVESTIMENTOS E EXPANSÃO DA REDE DE ENERGIA ELÉTRICA.....	61
2.4.2. AS INDÚSTRIAS PINA: DO ENTORNO DE ANÁPOLIS À CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA.....	65
2.4.3. NOVO INVESTIMENTO DO GRUPO: A COMPANHIA GOIANA DE FIAÇÃO E TECELAGEM DE ANÁPOLIS.....	70
2.5. DIREÇÃO DE SINDICATO PATRONAL: A ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL E COMERCIAL DE ANÁPOLIS.....	73
2.6. ENTRE VITÓRIAS E DERROTAS: A INFLUÊNCIA POLÍTICA DA FAMÍLIA PINA.....	75
3. ENTRE AS CIDADES DE GOIÁS: FLUXOS E REFLUXOS DE UM SISTEMA URBANO CENTRALIZADO EM ANÁPOLIS.....	82
3.1. ANÁPOLIS COMO NÚCLEO FUNDAMENTAL NO ESPAÇO URBANO DE GOIÁS.....	82
3.2. A CIDADE DE ANÁPOLIS NO PERÍODO POSTERIOR A 1960.....	91
CONCLUSÃO.....	94
REFERÊNCIAS.....	97

INTRODUÇÃO

O objeto de estudo da presente pesquisa é a cidade de Anápolis a partir do início dos anos trinta, do século XX. Momento em que chegam à localidade alguns membros da família Pina, vindos de Pirenópolis. Nesse momento, a cidade passa por grandes mudanças socioeconômicas e urbanísticas que foram fomentadas, principalmente, pela chegada da estrada de ferro.

O interesse deste trabalho é entender o processo de transformação que a cidade vive. Não percorreremos o caminho já trilhado por outros estudiosos, como Itami Campos (2003) que analisou as transformações da região a partir da chegada do desenvolvimento capitalista paulista pelos trilhos das ferrovias, ou do estudo proposto por Barsanulfo Gomide Borges (2005) que busca entender as mudanças sofridas por Goiás com foco na integração da economia regional com o capital hegemônico paulista. Ou, mais recentemente, com a valorosa contribuição de Denis Castilho (2014) acerca da modernização goiana, estudada a partir da expansão das vias técnicas (energia, ferrovias e rodovias) sobre referido território. Assim, apesar de importantes e de colaborarem com a delimitação do objeto do presente estudo, tais caminhos já foram exaustivamente percorridos, logo não serão trilhados aqui novamente.

Buscamos, então, compreender o fenômeno da modernização pela qual passou a cidade de Anápolis no século passado, a partir de olhares diferentes. Deslocamos o foco analítico do caráter externo e nacional, para os aspectos internos e locais da região que materializa em seu espaço físico o referido processo.

Portanto, abordaremos, especificamente, as atividades econômicas e políticas do grupo familiar Pina, oriundos de Pirenópolis, que se instalaram na região. Neste contexto, conheceremos esse processo internamente, a partir das mudanças e contornos intrínsecos dos acontecimentos onde os fatos se materializam e na forma como se configura uma nova organização socioeconômica do município.

Procuramos, então, fazer uso da riqueza das fontes históricas ainda pouco trabalhadas que conferem à presente pesquisa a interpretação empírica dos dados de forma inovadora. Tanto as informações financeiras relativas às empresas Pina, como as matérias publicadas nos jornais do período analisado, assim como a documentação do poder legislativo local, foram pouco averiguados nos estudos anteriores sobre o período.

Definimos, então, como eixo problemático a seguinte questão: até que ponto as atividades do grupo Pina foram determinantes para o desenvolvimento da cidade de Anápolis? Dentre os protagonistas do desenvolvimento local haveria outros grupos com a mesma magnitude e importância adquirida pelo grupo Pina? De que forma o desenvolvimento da cidade se relaciona com o desenvolvimento do Estado de Goiás? Como se criou a teia de relações econômicas e influências políticas de Anápolis em Goiás?

Sendo assim, o objetivo geral da pesquisa é analisar o processo de modernização socioeconômica em Anápolis, em meados do século XX, através do estudo da trajetória da família Pina, que atuava, inicialmente, na atividade comercial, acumulando capitais que se consolidariam, mais tarde, através de empreendimentos industriais, originando, assim, um importante grupo econômico e político na região.

No primeiro capítulo, “Economia-mundo: Anápolis como centro de um conjunto de Cidades”, tratou-se dos referenciais teóricos utilizados para fundamentar a pesquisa. Exemplificamos a ideia de economia mundial e economia-mundo, demonstrando seu conceito, configuração e alcance num modelo teórico que conduz, posteriormente, a interpretação da realidade socioeconômica e política em Anápolis. Num segundo momento, abordamos diferentes significados e conceitos para os termos modernidade, modernismo e modernização, essenciais para o entendimento teórico da pesquisa. Logo, a metodologia da pesquisa empregada neste capítulo foi basicamente a leitura, a interpretação e a reflexão bibliográfica.

No segundo capítulo, “As atividades econômicas do Grupo Pina”,

buscamos detalhar cada um dos ramos e das empresas que integravam as atividades do grupo estudado, dando ênfase no pioneirismo da família, bem como na dimensão das relações econômicas, políticas e sociais que garantiram seu sucesso econômico. Neste contexto, trabalhamos com as seguintes questões: quais foram as atividades iniciais desenvolvidas pelo grupo Pina? Porque se mudaram de Pirenópolis para Anápolis? As atividades industriais teriam se desenvolvido a partir do capital gerado pela atividade comercial? Houve envolvimento do grupo em atividades ligadas à produção agropecuária? Quanto ao funcionamento interno das empresas do grupo, que tipo de interação ou relações predominava entre os integrantes da família? Nessa parte do trabalho, a pesquisa documental, centrada em fontes primárias, constituiu a base fundamental do estudo.

No terceiro e último capítulo, “Anápolis e a rede urbana goiana central”, procurou-se demonstrar como esse processo de crescimento e transformações socioeconômicas pelas quais passou a cidade, tendo na figura dos Pina parte essencial de sua materialização, acabou por criar um vasto sistema urbano que interligava grande parte do território goiano, estando a cidade de Anápolis no centro nevrálgico daquele conjunto, onde dezenas de cidades estavam conectadas a Anápolis por meio de trocas de mercadorias, capitais e serviços. Assim, Anápolis ocupava lugar de destaque na região do Mato Grosso Goiano¹.

Com relação às fontes e documentos utilizados na pesquisa, três arquivos públicos foram de fundamental importância: o arquivo da Câmara Municipal de Anápolis, o Museu Histórico Alderico Borges de Carvalho e o Centro de Documentação (CEDOC) do Campus de Ciências Socioeconômicas e Humanas (CSEH), da Universidade Estadual de Goiás (UEG).

¹ O Mato Grosso Goiano é uma subdivisão regional do Estado de Goiás que atualmente corresponde a Mesorregião do Centro Goiano.

1. ECONOMIA-MUNDO: ANÁPOLIS COMO CENTRO DE UM CONJUNTO DE CIDADES

O presente capítulo considera a proposta de Fernand Braudel (2009) acerca da cidade como uma economia mundo. Isto é, uma localidade independente e autônoma que se relaciona com as demais cidades de maneira hierárquica, estando ambas constantemente separadas por obstáculos naturais, em dado espaço geográfico, mas ao mesmo tempo interligadas por serviços e riquezas materiais. Além disso, apresentaremos algumas concepções e variações de significados de certos conceitos e categorias inerentes à discussão levantada na pesquisa, como no caso específico das classificações carregadas de valores e sentidos, a exemplo dos termos modernidade, modernismo e modernização.

1.1. CIDADES: LUGAR DE ENCONTROS E DESENCONTROS NA HISTÓRIA

A cidade, historicamente, tem sido um lugar de encontros e desencontros. De chegadas e partidas. De amores e ódios. De negócios e negociatas. De encantos e desilusões. Em suma, um espaço no qual se desenrola uma teia de relações que perpetuam o cotidiano dos indivíduos que vivem nesse tipo de coletividade.

Assim, em qualquer análise que tenha por objeto a cidade, por mais simples que possa parecer, deve-se levar em consideração a pulsante dinâmica que envolve a vida cidadina, seja ela econômica, social ou política. O cotidiano em um meio urbano é sempre muito mais denso e complexo do que possa parecer.

Desde a Antiguidade, os centros urbanos passaram a marcar de forma decisiva a vida das pessoas. Em Atenas, a vida cidadina era pulsante, com reuniões públicas nas *ágoras* e intensos cultos religiosos nos templos. Em Roma, a cidade era o palco das artimanhas políticas e do jogo de interesses que ditavam os rumos de todo o Império, no mesmo espaço físico onde se descortinava o brilho sádico dos gladiadores. Enquanto isso, no Oriente, civilizações como a

egípcia, babilônica e persa marcavam a história com suas cidades e modos de vida citadinos, registrados pelas obras faraônicas, as grandes inovações urbanísticas e os formidáveis avanços bélicos.

Na Idade Média, apesar dos processos de ruralização que submetiam as populações europeias, advindos do colapso do Império Romano do Ocidente, a cidade ainda preservou sua importância, pois era nela que o comércio, outrora pulsante, persistia, sendo também nela o centro da vida religiosa que, através de mosteiros e Igrejas, mantinham suas crenças e cultos cristãos. Eram os portadores e produtores da maior parte do conhecimento gerado durante o período medieval.

Conseqüentemente, com o ressurgimento do comércio, o renascimento econômico e cultural das cidades e o aparecimento dos primeiros Estados nacionais modernos, se inicia o período Moderno. Neste momento, a cidade reafirma sua importância na vida das pessoas, pois nela se sedimenta o poder político, ressurgem crescentes atividades econômicas e reaparece a promessa de se obter renda e/ou melhores condições de vida. Fatores que funcionaram como fortes atrativos para a vida cidadina.

Assim, à medida que vai aumentando a gama de habitantes que retomam com mais intensidade a vida urbana, também aumenta a importância dessas cidades na vida das pessoas. Sobretudo, depois das grandes revoluções industriais a partir do século XVIII, quando ocorre uma grande explosão demográfica e uma nova organização socioeconômica surge em virtude dos avanços técnicos incorporados às esferas produtivas da sociedade. Assim, a cidade chega ao mundo contemporâneo como o núcleo de um conjunto de acontecimentos que permeiam e influenciam a vida em sociedade.

Logo, a cidade se converte no nicho central da vida urbana, onde as pessoas vivem e resolvem seus problemas, a cultura se reinventa, as decisões políticas são retomadas e as atividades econômicas moldam o campo social. Assim, através da dinâmica e da grande organicidade interna que envolve um conglomerado urbano, podemos entender vários aspectos de uma determinada

realidade.

Do ponto de vista econômico, uma cidade, em função de sua própria existência, sempre estará interligada a outras cidades. Ainda que possua certa autonomia e autossuficiência, depende, necessariamente, da troca de mercadorias, capitais e serviços realizados com outros núcleos urbanos, visto que nenhuma cidade produz absolutamente tudo o que precisa para bastar a si mesma.

Destarte, para Fernand Braudel (2009, p.12), podemos compreender a história, a política, a cultura, através da noção de economia mundo, uma vez que todos estes campos estariam interligados ou, no mínimo, influenciados pelos processos econômicos. Desta forma, segundo o autor, seria necessário “[...] tratar em primeiro lugar das economias e, por um instante, de ver apenas a elas”, para somente depois tentar “delimitar o lugar e a intervenção dos outros conjuntos”. Em suas palavras,

[...] de todas as abordagens do espaço, a econômica, como veremos, é a mais fácil de situar e a de maior amplitude. E ela não só dá o ritmo do tempo material do mundo: todas as outras realidades sociais, cúmplices ou hostis, intervêm incessantemente no funcionamento e são, por sua vez, influenciadas: é o mínimo que se pode dizer. (BRAUDEL, 2009, p.12)

Aspecto comum a várias cidades observadas sobre o globo terrestre, para Braudel sempre existiram economias-mundos. De acordo com ele,

Desde sempre houve economias-mundos, ou pelo menos desde há muito tempo. Assim como desde sempre, pelo menos desde há muito tempo, houve sociedades, civilizações, Estados e até impérios. Se descêssemos o curso da história com botas de sete léguas, diríamos que a Fenícia antiga foi um esboço de uma economia-mundo. Também Cartago, no tempo de seu esplendor. Também o universo helenístico. Também Roma, em vigor. Também o Islã, após seus sucessos fulgurantes. Com o século IX, a aventura normanda nos confins da Europa ocidental esboça uma economia-mundo breve, frágil, que outros herdarão. A partir do século XI, a Europa elabora o que virá a ser sua

primeira economia-mundo, que outras seguirão até o presente. A Moscóvia, ligada ao Oriente, à Índia, à China, à Ásia Central e à Sibéria, é uma economia-mundo em si, pelo menos até ao século XVIII. (BRAUDEL, 2009, p,14)

Assim, o autor concebeu a seguinte divisão da economia do mundo. Primeiramente, uma grande economia mundial que seria toda a terra, o mercado de todo o universo – uma economia mundial, um mercado universal, que está presente em todo o globo terrestre (BRAUDEL, 2009) e, por sequência, as demais unidades econômicas individualizadas.

A economia-mundo (expressão inusitada e mal acolhida pela língua francesa que outrora forjei, a falta de melhor e sem grande lógica, para traduzir o emprego especial da palavra alemã *Weltwirtschaft*) envolve apenas um fragmento do universo, um pedaço do planeta economicamente autônomo, capaz, no essencial, de bastar a si próprio e ao qual suas ligações e trocas internas conferem certa unidade orgânica. (BRAUDEL, 2009, p.13)

Assim sendo, Braudel aponta a principal característica dessa economia-mundo na configuração de uma localidade: fragmentada no universo global, mas compactada no seu espaço regional, com independência e autonomia econômica externa e fortes ligações e trocas internas.

Consecutivamente, Braudel indica outra faceta marcante de uma economia-mundo: o alcance de seu poder e influência poderia ser tão intenso, que até mesmo espaços contraditórios, em sua própria configuração política e cultural, seriam permeados por sua teia de relações econômicas. Para Braudel (2009, p. 14), referindo-se à região do Mediterrâneo, objeto de suas observações, “[...] a característica dessa economia-mundo particular [...] é precisamente transpor as fronteiras políticas e culturais que, cada qual a seu modo, fragmentam e diferenciam”.

Em outros termos, uma economia-mundo teria o poder de adentrar até mesmo aonde os seus aspectos políticos e culturais não vão, ou seja, a fronteira econômica supera as fronteiras política e cultural, já que as diferenças ideológicas

e culturais não atuariam como obstáculos ou impedimentos para os agentes econômicos, díspares por natureza, penetrarem diferentes espaços, mesmo os mais inóspitos e contraditórios à sua própria formação.

De forma resumida e objetiva, Braudel exemplifica o que seria uma economia-mundo, enumerando três condições que a caracterizam, delineiam e definem. Neste aspecto, o autor esclarece que

[...] uma economia-mundo é uma soma de espaços individualizados, econômicos e não econômicos, agrupados por ela; que a economia-mundo representa uma enorme superfície (em princípio, é a mais vasta zona de coerência, em determinada época, em uma região determinada do globo); que, habitualmente, ela transcende os limites dos outros grupos maciços da história. (BRAUDEL, 2009, p. 14)

Dessa forma, a primeira condição das economias-mundos é sua localização. Para Braudel,

Os limites de uma economia-mundo situam-se onde começa uma outra economia do mesmo tipo, ao longo de uma linha, ou melhor, de uma zona que, de um e outro lado, não há vantagem, economicamente falando, em transpor, a não ser em casos *excepcionais*. Para o grosso dos tráficos, e nos dois sentidos, "a perda na troca ultrapassaria o ganho". Por isso, como *regra geral*, as fronteiras das economias-mundos se apresentam como zonas pouco animadas, inertes. Como espessos invólucros, difíceis de transpor, muitas vezes barreiras naturais, *no man'slands, no man'sseas*. (BRAUDEL, 2009, p.16-17)

Na prática, trata-se de um suposto estado de isolamento geográfico que implicaria em certa dificuldade de transposição ou circulações diversas, em virtude de obstáculos naturais ou de zonas que economicamente não seriam interessantes superar.

Já a segunda característica singular de uma economia-mundo, seria a materialização da superioridade de uma zona central desta economia-mundo, sobre o restante da região sob sua influencia direta, ou seja, numa economia-

mundo haveria uma espécie de capital, um núcleo central, para onde iriam e de onde viriam informações, capitais e serviços. Como lembra Braudel,

Uma economia-mundo possui sempre um polo urbano, uma cidade no centro da logística dos seus negócios: as informações, as mercadorias, os capitais, os créditos, os homens, as encomendas, as cartas comerciais chegam a ela, e dela voltam a sair. Nela, quem dita as leis são grandes comerciantes, por vezes, excessivamente ricos. (BRAUDEL, 2009, p. 20)

Em terceiro lugar, a última e principal condição para a configuração básica de uma economia-mundo, se refere à duração da supremacia do polo central. Segundo Braudel (2009), só poderia haver um grande núcleo urbano, na condição de polo central de uma economia-mundo, em dado espaço físico e no mesmo momento temporal. Ou seja, só poderia existir um único polo central nesta organicidade por vez, jamais dois, já que esta rede urbana interligada por trocas e influências não comportaria nunca dois núcleos centrais ditando ordens políticas e direcionamentos econômicos.

1.2. ANÁPOLIS COMO ECONOMIA-MUNDO: CENTRO DE REFERÊNCIA REGIONAL

Ao pensarmos na cidade de Anápolis, encontramos correspondência entre a realidade que a cerca e a concepção de economia-mundo proposta por Fernand Braudel. Do ponto de vista de sua localização, primeira regra geral que caracteriza uma economia-mundo, a cidade de Anápolis se constitui em um grande centro econômico regional.

Do ponto de vista demográfico (Tabela 1), se considerarmos o período estudado, a população, em 1910, era de 8.476. Já em 1920, quase dobrou, alcançando 16.037 habitantes. Posteriormente, em 1930, houve um novo salto no número de moradores, quando a população local chegou a 33.375 habitantes, já em 1940 a linha de crescimento populacional chega a 39.148 habitantes, e continua a subir, atingindo, em 1950, 50.338 habitantes e, em 1960, 68.732 habitantes. (POLONIAL, 2007).

Esses dois momentos, em 1920 e 1930, foram o de maior crescimento demográfico proporcional na história do município. Somente nos anos 1970, o número de habitantes sofrerá outro salto demográfico, passando de 68.732 (na década de 1960) para 105.121 (1970).

Tabela 1. População do município de Anápolis.

Ano	1910	1920	1930	1940	1950	1960	1970
Número de habitantes	8.476	16.037	33.375	39.148	50.338	68.732	105.121

Fonte: Juscelino Polonial (2007).

Tal situação, expressa, em número de habitantes, o processo de expansão que a cidade vivia. Em três décadas, a população do município praticamente dobrou de tamanho, demonstrando, assim, o contexto de desenvolvimento e transformações vivido pela cidade que, para além do crescimento vegetativo, atraía imigrantes para a região.

Do ponto de vista geográfico, caracteriza-se por ser uma região de solo fértil e temperatura amena. As estações do ano são divididas, basicamente, em dois períodos distintos: um chuvoso (entre os meses de novembro e abril), outro de seca (entre maio e outubro). Em que pese a separação imposta pelas distâncias e os obstáculos naturais, o município de Anápolis está cercado por outras cidades limítrofes, conectadas e influenciadas economicamente², as quais originam um sistema urbano³, entrelaçado por teias de relações econômicas e políticas que lhe conferem unidade e que tem, em Anápolis, seu ponto central.

Neste aspecto, se pensamos os limites geográficos de Anápolis do ponto

²As cidades próximas, localizadas na fronteira com o município de Anápolis são as seguintes: Abadiânia, Planalmira e Pirenópolis (ao norte), Teresópolis, Leopoldo de Bulhões e Goianópolis (ao sul), Nerópolis e Nova Veneza (a leste), Ouro Verde e Campo Limpo (a oeste).

³ Um sistema urbano de caráter regional é classificado, do ponto de vista estrutural, por três aspectos fundamentais: a densidade, a topologia e a configuração hierárquica da rede de cidades. A densidade expressa a relação entre o número de centros urbanos e o território definido pelo sistema urbano-regional. Já a topologia é expressa pela relação entre o número de ligações, representando o fluxo de bens e serviços entre as cidades que o formam, e a hierarquia, mostrando o ordenamento espacial das funções urbanas. (MOTTA; AJARA, 2001, p.13)

de vista regional, entre as décadas de 1910 e 1930 (Mapa 1), teríamos, evidentemente, uma quantidade menor de cidades, pois algumas, mais tarde independentes, eram ainda distritos⁴.

1.3. A CIRCULAÇÃO ENTRE AS CIDADES: ANÁPOLIS E OUTROS NÚCLEOS URBANOS

Se considerarmos, então, que nas primeiras décadas do século XX não existia Goiânia – construída para ser a capital do Estado apenas a partir de 1933, e somente consolidada nas décadas seguintes – nem, tampouco, Brasília – inaugurada somente em 1960 – concluímos pela existência de um vasto território vazio⁵, marcado por longas distâncias que condicionavam as relações de toda ordem estabelecidas entre as cidades da região.

Percebemos, assim, um aparente isolamento geográfico que poderia indicar dificuldades reais de conexão entre as pequenas cidades que integravam a teia urbana submetida à influência de Anápolis. Ou seja, em função da proximidade geográfica ou por dificuldade estrutural, essas cidades tinham por melhor das opções – ou devido à inexistência delas – se ligarem à cidade de Anápolis.

Por outro lado, como concebeu Braudel (2009), uma economia-mundo apesar de autônoma internamente, possuía ligações externas com outras economias-mundo. Assim, a cidade de Anápolis possuía forte interação com outros espaços econômicos, pois participava de processos de trocas estabelecidos com os distantes centros econômicos nacionais, localizados nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Bahia.

⁴Distritos de Anápolis e ano de sua emancipação: Ouro Verde (1963), Campo Limpo e Goiánopolis (1958), Nova Veneza (1958), Damolândia (1958), Brasabrantas (1958) e Nerópolis (1948).

⁵ Desta forma, a fronteira da cidade de Anápolis era mais ampla. Na região de Nova Veneza o limite seria a cidade de Inhumas (distrito de Itaberaí até 1931). Na região de Campo Limpo e Ouro Verde estava a cidade de Petrolina. E na região de Goianópolis havia a cidade de Leopoldo de Bulhões e o próprio município de Campinas, que mais tarde passaria a compor o município da nova capital do Estado, Goiânia.

A análise das correspondências encontradas entre os documentos – analisados adiante – do Banco Comercial do Estado de Goiás⁶, da empresa de cerâmicas Induspina⁷, da Companhia Goiana de Fiação e Tecelagem de Algodão⁸, e das informações encontradas em jornais da época, indica a ligação de longa data entre a cidade de Anápolis e aqueles grandes centros urbanos nacionais, por meio das transações econômicas estabelecidas pelas empresas do grupo Pina.

Na prática, se em nível nacional Anápolis encontrava-se, de certa forma, pouco conectada, ou mesmo afastada, devido às distâncias geográficas e empecilhos naturais, dos grandes centros econômicos brasileiros (outras economias-mundo), do ponto de vista regional a cidade estava interligada por uma forte teia de relações econômicas a um conjunto de municípios existentes em seu raio de influência, podendo, assim, ser percebida como imagem ideal que permite ilustrar as reflexões propostas por Braudel a respeito de uma economia mundo.

1.4. ANÁPOLIS COMO VÉRTICE DOMINANTE DE UM CONJUNTO DE CIDADES

A segunda regra de alcance geral refere-se a uma espécie de núcleo hierárquico central num polo capitalista dominante. Isto é, numa economia-mundo haveria um ponto central de circulação, para onde iriam e de onde viriam informações, capitais e serviços. (BRAUDEL, 2009).

Nossa hipótese é que a cidade de Anápolis se enquadra neste critério. Uma vez que, quando comparada ao conjunto constituído por outras cidades da sua região de influência, se encontra em situação de certa superioridade econômica e política. Tal posição é claramente percebida pelo menos no período compreendido entre 1910 e 1940, ou seja, do aprofundamento do processo de

⁶ O Banco Comercial de Goiás foi criado em 1942 e pertencia a família Pina. Foi o primeiro banco privado do Estado de Goiás, sendo criado e sediado na cidade de Anápolis.

⁷ A indústria de cerâmicas e olaria Induspina, pertencia à família Pina, sendo responsável por vendas de altos valores para a construção de Brasília.

⁸ A Companhia Goiana de Fiação e Tecelagem de Algodão pertencia à família Pina, tendo sido uma das primeiras fábricas de tecidos do Estado de Goiás.

modernização na região até a consolidação de Goiânia e de Brasília.

Nascida como pouso de tropeiros e negociantes, Anápolis desde sempre exercitou a prática de atividades comerciais, desenvolvendo intensas trocas de mercadorias e produtos, situação que possibilitou a formação de um atrativo polo econômico na localidade. Como aponta Silva, pouco a pouco

[...] a produção e exportação do arroz iam superando o café. Por volta de 1937, a cidade exportava 100.000 sacas de arroz contra 40.000 sacas de café. As máquinas de beneficiar arroz, outrora em minoria, começaram a se equiparar. Nesse aspecto, é necessário retratar a presença e importância da agroindústria para a dinamização da economia local. No começo dos anos 30, a cidade já contava com um parque agroindustrial considerável se comparado com a dimensão populacional da cidade (1997, p. 57).

Com o passar do tempo, tais atividades também subsidiaram a ampliação da estrutura econômica local, que acabou por se tornar um promissor centro fornecedor de serviços. Dessa forma, Anápolis se consolida como líder inquestionável nas atividades econômicas da região. Oferecendo serviços, troca de mercadorias e capitais cada vez mais diversificados, Anápolis assume feições de cidade central, ou mesmo capital, para dezenas de municípios goianos. Como valida Polonial (2007, p. 2),

[...] no caso de Anápolis, esse aumento esteve acima da média nacional, com taxas de crescimento anual de 6,58%, entre 1911 e 1920, e 5,61%, entre 1921 e 1935, sendo este último, o ano da extensão da ferrovia à cidade. A chegada dos trilhos, a dinamização da economia com o aumento das atividades comerciais, os melhoramentos urbanos, tudo isso fez de Anápolis um pólo atrativo na região e terminou criando uma rede de dependência, no setor de serviços, entre dezenas de municípios goianos e o município anapolino. Esse processo foi lento, mas contínuo, e integrou a economia anapolina à economia nacional. A compra e venda de mercadorias cresceu e dinamizou a economia local, transformando a cidade no maior centro comercial do Estado.

Com isso, percebemos claramente a constituição de uma espécie de rede de trocas das mais variadas mercadorias, capitais e o oferecimento de diversos

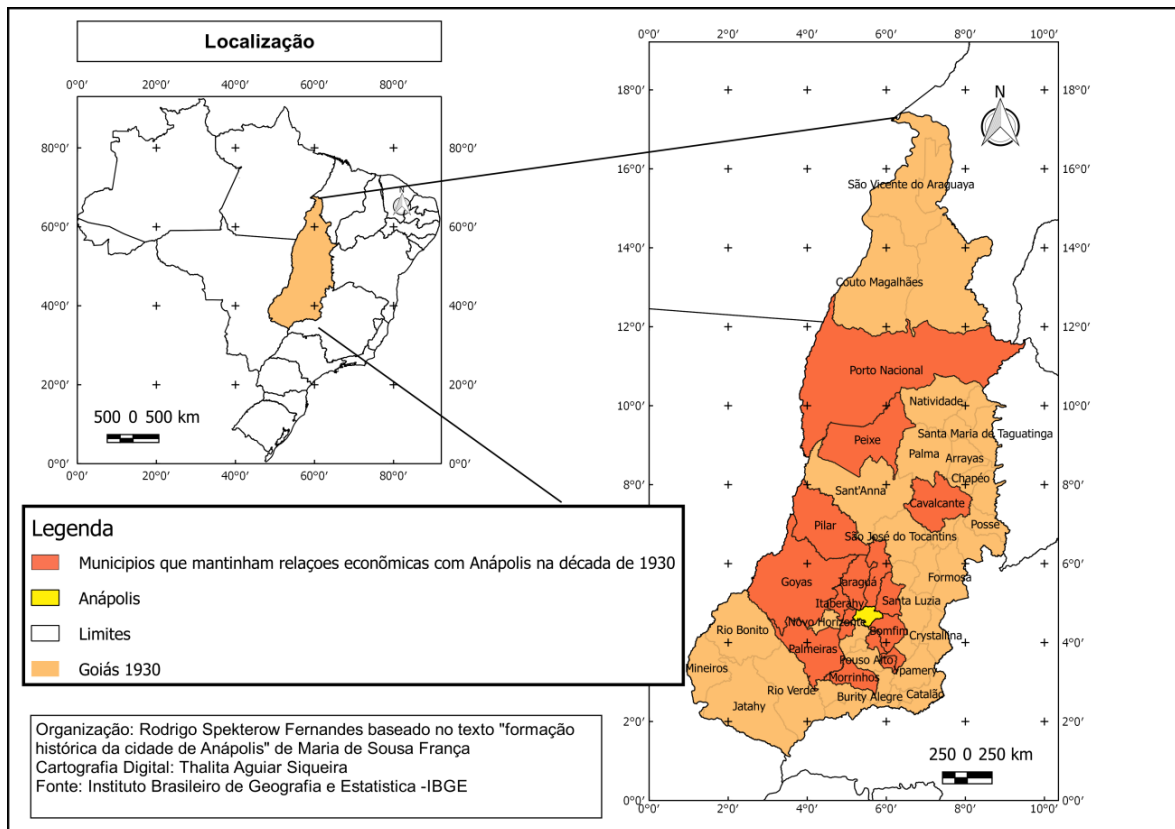
serviços. Com Anápolis no centro e dezenas de outras cidades em sua volta, uma rede urbana foi sendo constituída, paulatinamente, sendo abastecida por mercadorias provenientes de outros Estados, como São Paulo e Rio de Janeiro e, a partir de Anápolis, eram redistribuídas às várias outras cidades do interior de Goiás.

Como mostra o Mapa 1, já em 1930 Anápolis mantinha relações econômicas diretas com muitas cidades goianas. Ampliadas com o tempo, as circulações entre núcleos urbanos passaram a compor uma vasta teia de relações e influências, tendo Anápolis como vértice central de um conjunto que integrava grande parte das cidades de Goiás.

Como podemos ver, desde os anos 1930 (Mapa 1), Anápolis já mantinha relações, inclusive, com as cidades de Porto Nacional e de Peixes, centros importantes que compunham a região norte do Estado de Goiás (a partir de 1988, passaram a compor o mais novo Estado brasileiro: o Tocantins).

Conseqüentemente, por último, será interessante considerar a duração da supremacia das economias-mundos.

Mapa 1. Zona de influência de Anápolis em Goiás durante a década de 1930.



Fonte: França (1974).

Para Braudel (2009), não poderia haver jamais duas economias mundos no mesmo espaço geográfico e no mesmo tempo histórico, na condição de capital e polo econômico e político. Imaginamos assim a cidade de Anápolis, entre os anos 1910 e 1940, como um importante centro político e econômico, sobretudo, antes da consolidação de Goiânia, a partir de 1933, e, posteriormente, de Brasília, a partir de 1956, ambas, basicamente, ocupando o mesmo espaço geográfico no qual se desenvolveu uma teia de influências centralizada em Anápolis.

De fato, a construção de Goiânia impõe seus efeitos sobre a situação econômica e política da região. Tal situação se aprofunda ainda mais com a construção da capital federal. Logo, tal fenômeno pode indicar que só há espaço físico e geográfico numa determinada região para o exercício de um único grande centro hegemônico por vez no decorrer do tempo histórico.

Ou seja, como salientou Braudel (2009), na região onde predomina uma cidade central, espécie de capital da economia-mundo, na qual circulam

mercadorias, capitais e serviços, não existe, jamais, ao mesmo tempo, outra cidade em igual condição. Neste modelo, só haveria espaço para uma cidade centro por vez. Uma delas teria sempre que ceder para que um novo polo central da economia-mundo pudesse surgir.

Na prática, em virtude de sua posição estratégica, influência política e prosperidade econômica, pouco comum na região central do Brasil, Anápolis serviu de suporte para a construção das novas capitais, em pleno cerrado brasileiro (MARQUES, 2008; SANTOS, 1997). Como aponta Dos Santos (2015, p. 4),

[...] é preciso apontar que tanto Goiânia quanto Brasília não se edificaram sem o apoio de fatores pré-existentes na região central do país. É nesse momento que destaca-se então a cidade de Anápolis, que devido a sua logística funcionou como uma ponte para a chegada da bagagem moderna em meio a terras tupiniquins.

Os desdobramentos deste fenômeno, contudo, configurou uma espécie de paradoxo: se, por um lado, foi lucrativo e vantajoso, do ponto de vista econômico, abastecer com materiais de construção as atividades de criação das novas capitais, por outro lado, a construção e instalação das novas cidades em sua área de influência urbana parece ter contribuído para o comprometimento de forma irreversível de sua hegemonia econômica e política em Goiás.

Passados os períodos iniciais de construção, ambas as cidades capitais lhe tirariam o papel de destaque, sua preeminência, no interior de um sistema de cidades que dominava. Contudo, embora combatida em sua hegemonia, não deixou de existir ou colapsou completamente. Ao contrário, foi transformada, alterando sua configuração, adaptando-se à nova dinâmica regional.

Neste aspecto, como salientou Braudel (2009) a propósito das cidades associadas à economia-mundo, uma espécie de refuncionalização acaba por adequar a antiga cidade central a uma nova realidade socioespacial. Desta forma, apesar da perda de espaço e influência, Anápolis ganharia novos contornos sociais e econômicos que iriam aperfeiçoar suas funções e finalidades à nova

realidade urbana regional.

1.5. SOBRE OS CONCEITOS DE MODERNIDADE, MODERNISMO E MODERNIZAÇÃO

Descritos como processos de mudanças e transformações que alteram fortemente os ambientes nos quais se desenrolam, os termos Modernidade, Modernismo e Modernização carregam em si uma vasta gama de sentidos, valores e contradições. No entanto, ambos partilham de um pilar basilar em comum: todos são processos que trazem consigo a ideia de conversão e alteração. Sejam mudanças ideológicas, artísticas ou econômicas, todas são portadoras de efeitos que provocam transformações, nem sempre, contudo, positivas.

De início, é sempre válido ressaltar que, em que pese as semelhanças, os três conceitos não são sinônimos, já que possuem origem e significados diferentes.

O termo modernidade teve origem no século XVIII e se difundiu com as ideias iluministas pela Europa e pelo mundo, demarcando assim um período histórico de grandes transformações. *A priori*, o conceito se referia ao novo, à inovação.

Já no contexto das nações em desenvolvimento ou emergentes, modernidade significaria outra coisa: o rompimento com a dominação colonial das metrópoles. Mas ainda assim, num contexto de inovações que se imaginavam serem basicamente positivas, num processo de constantes rupturas com a ordem vigente.

Consequentemente, esse sentido ganha viés coletivo e apresenta-se como um conjunto de valores ideológicos e políticos em transformação, no qual a condição atual representaria o atraso e a decadência e os processos modernos a superação desta condição através de mudanças positivas e benéficas. Como salienta Harvey (2007, p. 22), “[...] a modernidade, por conseguinte, não apenas envolve uma implacável ruptura com todas e quaisquer condições históricas

precedentes, como é caracterizada por um interminável processo de rupturas e fragmentações internas inerentes”. Noutros termos, a modernidade seria um sistema imprevisível que, em nome da mudança e da superação da situação atual, cria um processo incontrolável e interminável de transformações, rupturas e expectativas.

No entanto, tal transformação não viria sozinha, já que o processo de modernização não representava apenas a transformação de uma sociedade em algo melhor. Traria, também, em seu interior, o germe da contradição. Pois, ao mesmo tempo em que prometia tudo de melhor para a humanidade, seria capaz de ameaçar e de destruir tudo o que esta sociedade representava, tudo o que já se tinha vivido, o que já se tinha construído até ali. Como expressou muito bem Marshall Berman (1986, p.15),

Existe um tipo de experiência vital – experiência de tempo e espaço, de si mesmo e dos outros, das possibilidades e perigos da vida – que é compartilhada por homens e mulheres em todo mundo, hoje. Designarei esse conjunto de experiências como “modernidade”. Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas ao seu redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desumanidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia. Ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como disse Marx, “tudo que é sólido desmancha no ar”.

De fato, o processo que se chamou de modernidade era duplamente contraditório: ao mesmo tempo em que seduzia com novidades, aventuras e transformações, também ameaçava com destruição tudo o que existia. Além disso, com a modernidade abriu-se um paradoxo instigante que tinha a impactante capacidade de tudo alcançar, anulando barreiras raciais, culturais ou religiosas, unindo assim, de certa forma, a humanidade. Contudo, desenvolvia ao

mesmo tempo, a desunião, a segregação e a marginalização, num processo cíclico de rupturas e desintegração.

Por sua vez, o termo modernismo surgiu na Europa, no contexto das grandes guerras mundiais. O movimento modernista buscava a reestruturação da sociedade e das cidades depois da destruição gerada pelas grandes guerras. Assim, o modernismo esteve desde o princípio ligado às esferas artísticas, arquitetônicas e urbanísticas. Como salienta Castilho (2014, p. 34), “[...] podemos dizer, por conseguinte, que modernismo é uma corrente artística”. Assim, através de sínteses e rupturas num contexto de mudanças, o modernismo buscava reestruturar as configurações culturais das nações contemporâneas.

Em contraste com a “modernização” como mudança na esfera material da vida, o modernismo expressa uma ruptura no campo cultural, quando há um descolamento com respeito ao processo de modernização. Se a modernização prometia o progresso infinito da sociedade, a Primeira Guerra Mundial significou um momento de descompasso em relação a este discurso. Foi a morte da Belle Époque e dos arcaísmos.

No Brasil, o movimento teve como marco inicial a Semana de Arte Moderna de São Paulo, em 1922. Artistas como Tarsila do Amaral, Mário de Andrade e Carlos Drummond de Andrade procuravam fundamentar a construção da identidade nacional através da superação das chagas do seu passado colonial. O movimento, inicialmente, se ateu a esfera artística e cultural, mas em seguida se desdobrou para outras áreas de atuação.

Na política e na educação o movimento foi conduzido por intelectuais e artistas que foram chamados por Getúlio Vargas para a composição do seu governo. Tal configuração, empreendendo um modernismo de cima para baixo, contou com nomes expressivos do movimento modernista no Brasil, tais como: Carlos Drummond de Andrade, Lucio Costa, Carmen Coutinho, Villa-Boas e Oscar Niemeyer. Alguns deles gerariam mais tarde a obra máxima modernizadora no Brasil, sua capital federal: Brasília. Para Arantes (1998, p.17), o “Movimento Modernista” no Brasil aliou a “técnica” com a racionalidade do “cálculo econômico”

empresarial ou do “Estado”, redundando numa enorme carga simbólica da “arquitetura institucional” e monumental mais do que social. Assim, Brasília, inaugurada em 1960, foi a “expressão máxima”, deste processo, “especializando” a “separação das classes e do poder”.

Ou seja, a expressão máxima do movimento modernista no Brasil, foi exatamente a construção de uma nova capital federal, que ficou marcada como símbolo de onipotência e de separação do poder político das classes sociais. A busca por uma sociedade melhor sem os estigmas do passado colonial ou das favelas desorganizadas na atualidade marcaram a idealização de Brasília. A nova capital federal não foi edificada para as pessoas comuns, mas sim para as autoridades e para os carros. Como lembra Nikzic,

Brasília foi construída para conduzir, e não para caminhar, porque a opinião geral na altura foi que os carros iam substituir os peões no futuro. Então, não deveria surpreender que as ruas tradicionais não existem em Brasília, mas, mesmo assim, os visitantes ficam um pouco desorientados ao saber que não há semáforos nem faixas de pedestres. (2015, p. 38)

Percebemos, assim, que, apesar da grande carga nacionalista do movimento modernista no Brasil, o mesmo não representava uma preocupação direta com os problemas econômicos e sociais, mas sim uma busca pela superação da realidade cultural vivida naquele momento, por algo melhor, mais “desenvolvido”. Mesmo que, para isso, a própria população nacional devesse ficar em segundo plano.

E, por último, o termo modernização. Tal conceito também se refere a um processo de intensa mudança e transformação, principalmente nos aspectos econômicos e sociais. Tal como as noções modernidade e modernismo, a modernização também traz consigo a ideologia da superação, da modificação, ou seja, da suplantação da realidade presente. Assim, de acordo com Castilho (2009, p. 32), “[...] a modernização apesar de diferente da modernidade traz consigo imperativos da mesma, porém, variando no tempo e no espaço”, ou seja, é como se a modernização carregasse consigo partes consideráveis da modernidade e do próprio modernismo, mas com grandes variações temporais e geográficas.

Grosso modo, a modernização é um processo socioeconômico gerado pela burguesia, ou pela elite de uma nação, guiado pela busca do desenvolvimento industrial e do avanço tecnológico e revestido pela ideologia do progresso, em detrimento do atraso, de forma notoriamente acrítica.

Assim, a noção caiu no gosto popular e ganhou contornos conceituais deturpados. Passou a ser entendido e idealizado como um processo econômico, naturalmente bom, com aspectos e consequências notoriamente positivos, sendo uma espécie de equivalente ao desgastado termo “progresso”. Foi mais comum que a utilização da expressão “desenvolvimento” e “nacional-desenvolvimentismo” – no Brasil, e no caso latino-americano, abundantes análises se respaldam nessa concepção difundida pelos teóricos da CEPAL⁹.

Assim, é preciso salientar que o termo modernização é carregado de valores e significados, representando movimentos econômicos, políticos e ideológicos que se referem a mudanças e transformações que são sempre reflexos dos interesses das classes dominantes. Como afirma Castilho, “[...] a burguesia não pode existir sem revolucionar, constantemente, os instrumentos de produção e, desse modo, as relações de produção e, com elas, todas as relações da sociedade”. (2009, p.13) Ainda segundo o autor,

A expansão desse processo pelos lugares é o que chamamos de modernização. O termo, nesse sentido, constitui uma representação teórica do processo de expansão territorial do próprio modo de produção capitalista pelos lugares. (2009, p. 37)

Assim, além de não ser um processo natural, é necessário que se diga que a modernização não representa a pura e positiva superação da realidade atual por algo naturalmente bom e melhor. É fácil perceber que os processos de modernização, além de incluir e desenvolver, também pode excluir, segregar,

⁹ A Comissão Econômica para a América Latina, composta por um grupo de economistas e outros cientistas sociais reunidos, em 1940, em Santiago do Chile, lançou uma espécie de manifesto pelo desenvolvimento latino-americano. Para alguns, os autores cepalinos desenvolveram uma estrutura conceitual própria, que deu suporte e legitimidade às propostas de política econômica para líderes políticos da região. O desenvolvimento cepalino, como ficou conhecido, propunha a industrialização dos países latino-americanos pela ação direta do Estado como forma básica de superação do subdesenvolvimento da região. (BIELSCHOWSKY, 1998)

empobrecer e destruir, comprometendo a existência de setores da sociedade.

Isso, sem nos adentrarmos pela seara das questões ambientais, que são o primeiro campo a sentir o impacto direto dos processos de expansão econômica capitalista, as quais também podem ser descritas como desdobramento das transformações trazidas pela modernização.

Em Goiás, o símbolo máximo da modernização se chamou Goiânia, a nova capital do Estado, construída para se opor à antiga capital – a Cidade de Goiás –, representando o início de uma nova ideologia, associada ao progresso e às transformações ocorridas na região.

A construção da nova capital do Estado estava no bojo de um processo maior, a “Marcha para o Oeste”, defendida por Getúlio Vargas, envolvendo a expansão da fronteira agrícola (Mato Grosso Goiano), o povoamento (colônias agrícolas) e a especialização do Brasil Central como “celeiro” para abastecer o desenvolvimento industrial do Centro-Sul do país.

Empreendida por um interventor que se opunha às antigas oligarquias agrárias do Estado, Goiânia nasceu do ímpeto político de Pedro Ludovico Teixeira e do presidente Getúlio Vargas, mas se consolidou pela expansão econômica capitalista que o mesmo processo de modernização levou ao Oeste brasileiro. Esta nova realidade socioeconômica goiana será permanentemente afetada por aspectos do processo de modernização, que não afeta a todos do mesmo modo, nem ao mesmo tempo.

Logo, ao analisamos a cidade de Anápolis como objeto de nosso estudo, veremos como o processo de modernização se concretizou na realidade prática do município e a forma como o mesmo não veio sozinho. Como disse Castilho (2014), a “modernização” carrega consigo “partes consideráveis” da “modernidade” e mesmo do “modernismo”. Entendemos, então, que as mudanças econômicas que a região sofreu repercutiram também no campo cultural e artístico, assim como também na própria concepção de tempo histórico das pessoas que se viam diante de profundas mudanças, de tal forma que acabariam por demarcar aquele período como um novo momento, uma nova “Era” para o



município e seus habitantes.

2. AS ATIVIDADES ECONÔMICAS E POLÍTICAS DO GRUPO PINA

Neste capítulo, pretendemos traçar os contornos das diferentes atividades econômicas e políticas, desenvolvidas por membros da família Pina no município de Anápolis.

Assim, chamaremos de Grupo Pina a união de vários membros da família Pina, advindos da cidade de Pirenópolis, com o intuito de explorar e desenvolver diversas atividades econômicas no município de Anápolis. Tal empreitada foi bem-sucedida, passando então a família a liderar uma série de atividades de caráter econômico-financeiras ligadas ao comércio e à indústria, bem como o oferecimento de serviços associados à instituição do primeiro banco privado criado em Goiás, constituindo-se, assim, num poderoso grupo econômico que iria influenciar intensamente as relações estabelecidas na região.

Neste aspecto, vale a pena estabelecer algumas diferenças conceituais entre família Pina e grupo Pina. Conceitos diferentes, a noção de “família” constitui-se em foco de interesse da antropologia, da sociologia e da história. No caso brasileiro e latino-americano é marcante a organização da família de modo patriarcal, com forte “persistência de tradições agrárias e católicas,” se abordando, então, a evolução da estrutura familiar ao longo do tempo histórico (DARREL, 1977).

Já a ideia de um grupo familiar, está mais ligada às relações da família no campo socioeconômico, podendo estar representando os interesses econômicos (empresariais), políticos ou sociais de uma família. Logo, iremos usar ora o termo grupo familiar, ora grupo Pina, quando nos referirmos aos acontecimentos socioeconômicos e políticos associados a atividades levada a cabo por membros da família.

Assim, o objetivo deste capítulo é analisar as profundas transformações trazidas pelo rumoroso processo de modernização no cerrado, mais especificamente na cidade de Anápolis, através das realizações econômicas e

políticas promovidas pelo grupo Pina. Trata-se de indicar alguns dos principais atores da cidade, apontando as linhas gerais e os contornos de seus negócios mais proeminentes, mensurando, ao mesmo tempo, a realidade socioeconômica da região na qual tal processo se materializa.

Poderemos perceber, portanto, através da análise deste contexto, como a configuração do município vai sendo transformada conjuntamente com os avanços dos negócios promovidos pela família Pina. Não que esta seja a única família a atuar na cidade, já que, sem dúvida, houve a participação de outras famílias, tais como, os Bulhões, os Gomes de Souza Ramos, os Fanstone, os Eugênio Jardim, os Duarte, dentre outras. Entretanto, através da dimensão quantitativa dos negócios que empreenderam e de sua força política, constatamos, como veremos, uma clara proeminência da família Pina.

Através da utilização de fontes e documentos históricos, buscou-se alargar os conhecimentos de um momento específico da história de Anápolis e do próprio Estado de Goiás. Num primeiro momento, a década de 1930, antecedendo a chegada da ferrovia na cidade de Anápolis, e, em seguida, entre 1930 e 1960, correspondendo à chegada do desenvolvimento capitalista hegemônico na região, de forma mais claramente delineada.

Entre 1930 e 1945, Anápolis era abastecida em grande medida pelas atividades e produtos provenientes das iniciativas levadas a cabo pelo grupo Pina. Controlava empreendimentos comerciais e industriais fundamentais para suprir as demandas locais e, também, as necessidades de várias outras cidades vizinhas, constituindo-se num grupo econômico essencial que contribuía para emprestar a Anápolis a função de “eixo” urbano norteador para parte significativa da economia da região e do próprio Estado de Goiás.

2.1. A ORIGEM DA FAMÍLIA PINA: DO RIO DE JANEIRO A PIRENÓPOLIS

A história do grupo em Anápolis teve início nas primeiras décadas do século XX. Os primeiros membros da família Pina, provenientes da vizinha Pirenópolis – onde a família se dedicava a negócios urbanos e funções públicas –

, chegaram à cidade em 1911, atraídos pela fama de ser uma terra próspera para os negócios.

Naquele momento, Anápolis já contava com certa efervescência econômica, enquanto pequeno centro comercial que atraía tropeiros que passavam pela região. A localização geográfica do município parecia, desde o princípio, ideal para o comércio e providencial para as transações comerciais.

Pouso às margens do rio das Antas que aparece em registros de viajantes como Saint-Hilaire, em 1819 (SAINT-HILAIRE, 1975), na Corografia Histórica de Cunha Mattos, escrita em 1824 (CUNHA MATTOS, 1979), e nos relatos feitos por Castelnau em 1844 (CASTELNAU, 1949), a origem da cidade está associada à doação de terras feita por moradores em 25 de abril de 1870 com o objetivo de formar o Patrimônio de Nossa Senhora de Sant'Anna. Em seguida, torna-se freguesia, em 6 de agosto de 1873, Vila de Santana das Antas, em 15 de dezembro de 1887, e, finalmente, cidade, em 31 de julho de 1907.

O primeiro membro da família Pina a se transferir para Anápolis foi Aquiles de Pina, em 1911, seguido pelos irmãos Agostinho de Pina, Carlos de Pina, João da Conceição Pina, Joaquim Propicio de Pina (Pina Jr.), Eufêmia de Pina, Luiz Antônio de Pina, Luiz Abadia de Pina (Lulu) e Maria Abadia de Pina (casada com o agrônomo Luiz Caiado de Godoy¹⁰).

Assim, em função do grande número de irmãos e dos diferentes passos trilhados por cada um deles, iremos nos ater, sobretudo, aos principais protagonistas dos acontecimentos associados às atividades econômicas e políticas registradas nos documentos disponíveis. Portanto, focaremos nossa análise apenas nos quatro primeiros irmãos que atuaram na esfera socioeconômica do município: Luiz Antônio de Pina (comerciante/banqueiro), Carlos de Pina (político/comerciante ligado às atividades de exportação), Aquiles de Pina (industrial e comerciante) e Agostinho de Pina (comerciante e

¹⁰Luiz Caiado de Godoy, além de pertencer a uma tradicional família oligárquica goiana, ao se casar com Maria Abadia de Pina passa a atuar diretamente nas atividades econômicas da família, vindo a ser, então, precursor determinante para o desenvolvimento da vasta área que viria a ser um dos principais bairros anapolinos: a vila Jaiara.

agroindustrial). Também deverão ser abordadas as atividades levadas a cabo por Luiz Caiado de Godoy, já que atuou de forma contundente nas atividades econômicas do grupo e teve papel relevante no desenvolvimento da cidade.

Contudo é preciso esclarecer que a classificação adotada por nós relativa aos principais membros do grupo é meramente temática. Ou seja, é útil apenas para facilitar o entendimento, uma vez que os irmãos atuavam, em conjunto e ao mesmo tempo, em mais de uma atividade econômica ou mesmo política.

Evidentemente, não ficavam restritos a nenhum campo específico, pois era comum dois ou mais irmãos atuarem em dado empreendimento de forma dinâmica, em mais de uma empresa ao mesmo tempo e, ao que tudo indica, de maneira harmônica. De acordo com as fontes analisadas, não se percebem sinais de desavenças entre eles, mas podemos supor que mesmo em pequena quantidade alguma disputa ou rivalidade interna deveria existir.

Entretanto, também é válido ressaltar que é perceptível a maior influência de um ou outro em dado segmento. Como é o caso de Luiz Antônio de Pina, que aparece recorrentemente como diretor presidente do Banco Comercial do Estado de Goiás, figura sempre associada à imagem do banco da família, ainda que atuasse em outros segmentos. Assim, em um recorte temático poderíamos classificá-lo como o banqueiro.

Os irmãos Pina eram filhos de Joaquim Propício de Pina e Dona Rosaura d'Abadia Mendonça, filha, por sua vez, do coronel João Floriano de Mendonça e dona Eufêmica Pereira da Veiga, famílias proeminentes de Pirenópolis. Joaquim Propício de Pina era homem respeitado e prestigiado na antiga Meia Ponte. Professor, maestro e funcionário público foi intendente municipal, funcionário da coletoria estadual e secretário da câmara municipal de Pirenópolis. Em primeiro de novembro de 1927, tomou posse no cargo máximo do município como intendente municipal (prefeito), mas foi deposto pela revolução de 1930. Posteriormente, como forma de compensar tal ultraje, o legislativo local aprovou lei que lhe concedia isenção de todos os impostos municipais a que estivesse

sujeito. Mesmo após sua morte, em 1943, o mestre Pina, como era popularmente conhecido, nunca perdeu o *status* de homem respeitável em Pirenópolis.

Interessante a origem carioca dos Pina. Um dos avós dos Irmãos Pina era o sargento-mor Fidêncio Graciano de Pina – parente de Brás de Pina, magnata carioca que se enriqueceu com a pesca da baleia no século XVII. Conta-se que a Baía da Guanabara em tempos remotos era muito frequentada por baleias do oceano Atlântico. Assim, em Niterói, fizeram-se as armações para caçar os bichos, em busca do óleo e graxa, como conta o genealogista Jarbas Jayme:

Sabe-se que a baía de Guanabara, nos tempos primitivos, era muito frequentada, em certa época do ano, pelas baleias do Atlântico austral. Tal deu origem ao chamado “Contrato das Baleias” e a numerosas armações estabelecidas ao longo da costa, para extração de azeite e da graxa. Na baía do Rio de Janeiro, o estabelecimento foi localizado na margem oposta da cidade, em Niterói, no lugar chamado Ponta da Armação. (JAYME, 1973, p. 246)

Assim, Brás de Pina fez fortuna e se tornou homem de influência. O seu prestígio social foi tão grande que seu nome foi dado a um dos mais antigos cais da cidade. Assim como, também, suas vastas terras, antes Campos do Irajá, posteriormente rebatizadas em sua homenagem como Campos Brás de Pina.

Percebemos, assim, que a inspiração para os negócios e o ímpeto para atividades incomuns, porém lucrativas, esteve sempre presente nas características dos integrantes da família Pina. O espírito visionário e a astúcia em se aproveitar as oportunidades que surgiam, delinearam o caminho da família.

2.2. AS ATIVIDADES COMERCIAIS DESENVOLVIDAS PELA FAMÍLIA EM ANÁPOLIS

Assim, deixaram sua cidade natal para se arriscarem nos negócios em uma cidade que, apesar de promissora, não tinha grandes atrativos, pouca estrutura urbana e poucos serviços públicos, mas que descortinava a oportunidade de um futuro auspicioso.

Tão logo chegam a Anápolis, em 1911, os primeiros irmãos Pina fundam a Rainha da Barateza (Imagem 1), casa de comércio no caminho dos tropeiros, em rua de terra, na qual havia poucos imóveis de alvenaria. A infraestrutura era precária, a falta de energia elétrica constante e as distâncias de outros centros urbanos dantescas. Pioneira à época, transformou-se em referência na região e principal ponto de chegada e partida de mercadorias da cidade. Localizada, inicialmente, na Rua Comercial (ou Rua do Comércio), mais tarde Rua 15 de Novembro e, atualmente, Rua Manoel D'Abadia, manteve-se sempre na zona central da cidade, onde o comércio rapidamente se desenvolveu, demonstrando a capacidade visionária de seus fundadores.

O armazém comercial dos Pina vendia grande diversidade de produtos, incluindo calçados, chapéus, tecidos, ferragens e, até mesmo, grãos e cereais, evoluindo, com o tempo, de uma casa de secos e molhados para um armazém de atacado e varejo (O ANÁPOLIS, 1944, p. 4).

De fato, a diversidade de produtos correspondia à dimensão cada vez mais ampliada do estabelecimento. Se, num primeiro momento, o foco maior era o varejo, devido certamente à demanda da população local e ao intenso trânsito de consumidores nas proximidades da loja, com o tempo as vendas no atacado parecem ter ganhado cada vez mais importância, como indicam os anúncios divulgados em periódico da época.

Ou seja, a partir de dado momento, comerciantes e fazendeiros passaram a comprar no atacado em Anápolis, cidade mais próxima geograficamente que outros centros distribuidores de mercadorias, visando suprir suas próprias necessidades e abastecer seus próprios mercados.

Como demonstra documentos fiscais da Rainha da Barateza, o tipo de comércio visado era tanto o atacado, quanto as vendas no varejo (NOTA FISCAL, ACIA, 1936). Por este caminho, a ampliação e diversificação das atividades comerciais promovidas pelo estabelecimento administrado pela família Pina, a cidade passaria, paulatinamente, a exercer forte influência e domínio sobre os mercados dos núcleos urbanos mais próximos, os quais dependiam de alguns tipos de mercadorias e, mais tarde, de certos tipos de serviços, que apenas Anápolis poderia oferecer.

Além da Rainha da Barateza, os irmãos Pina continuaram a investir nos negócios. Em 1935, em parceria com outros empresários da cidade, criaram a Companhia dos Armazéns Gerais, pioneira no segmento de armazenagem e exportação de grãos.

Imagem 1. A Rainha da Barateza, na Rua do Comércio, em meados de 1917. Primeiro empreendimento comercial dos irmãos Pina em Anápolis.



Fonte: Arquivo da Associação Comercial e Industrial de Anápolis (ACIA).

A companhia tinha como objetivo organizar a armazenagem e o carregamento para exportação da vasta produção de grãos oferecida pela cidade (arroz, feijão e café). A iniciativa estava associada aos acontecimentos que marcaram os rumos da política nacional, durante a década de 1930. Getúlio Vargas, através de um golpe de Estado, rompia com as antigas oligarquias, basicamente paulistas e mineiras, que se revezavam no poder ao longo da República Velha. Referências a este período da história do Brasil remetem, em grande medida, à política do café com leite, em alusão aos principais produtos produzidos nos dois Estados da federação que se alternavam indistintamente no poder. O café se referia ao Estado de São Paulo e o leite ao Estado de Minas Gerais, que também sediavam, respectivamente, os dois principais partidos

políticos do período, o Partido Republicano Paulista e o Partido Republicano Mineiro.

A partir daí, o governo getulista introduziu uma série de reformas políticas e econômicas com o intuito de promover o desenvolvimento e a modernização nacional, cujo processo ficou conhecido na história através da noção “modernização conservadora”, pois, partindo das mais altas camadas da nação, o movimento seguia em direção aos estratos mais baixos da sociedade brasileira. Segundo Pires e Ramos,

[...] a Modernização Conservadora, e as Revoluções Vindas de Cima, tiveram como característica o fato de a burguesia nascida da revolução capitalista não ter forças suficientes para romper com a classe dos proprietários rurais, resultando em um pacto político entre a classe dos terratenentes e a burguesia. Tal pacto se deu com o objetivo de manter um projeto conjunto de construção de uma sociedade capitalista, contudo arraigada em uma estrutura de dominação, em cujo centro de decisão política do Estado, os interesses da classe dos proprietários rurais se mantivessem enraizados. (2009, p. 35)

Neste cenário de mudanças que se perpetram durante as décadas iniciais do século XX, Goiás foi fortemente atingido, pois umas das principais marcas do governo do presidente Getúlio Vargas foi sua política expansionista. Durante sua gestão, o Estado nacional incentivou a ocupação e o desenvolvimento das áreas mais interioranas do país, dentre elas o Centro-Oeste. Assim, foi criada, em 1941, a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG)¹¹, em 1943 a Fundação Brasil Central (FBC)¹² e, ainda a partir de 1933, teve início a construção de Goiânia, a nova capital do Estado. Todos esses acontecimentos compunham a política getulista integrando um movimento em direção ao interior conhecido como a Macha para o Oeste.

¹¹ A Colônia Agrícola Nacional de Goiás foi criada em 1941, na região que deu origem a atual cidade de Ceres, no norte goiano. Tal acontecimento foi mais uma faceta da política expansionista de Getúlio Vargas em direção ao interior do Brasil.

¹² A Fundação Brasil Central (FBC) teve origem na Expedição Roncador-Xingu, em 1943, inicialmente comandada por João Alberto Lins de Barros, sendo, então, um órgão criado com o objetivo de desbravar e colonizar as zonas compreendidas nos rios Araguaia, Xingu e na região central do país.

Assim, o desenvolvimento econômico sentido em Anápolis durante as décadas de 1930 e 1940 eram desdobramentos deste processo de modernização fomentado pelo aparelho estatal a nível nacional que atingia diretamente Goiás e, por conseguinte, a cidade e toda sua região de influência.

Dessa forma, os planos de investimentos e os campos de atuação da família Pina se encaixavam perfeitamente ao momento de expansão da economia brasileira em direção ao interior do país. Logo, o avanço do mais novo empreendimento dos Pina, em meados da década de 1930, aproveitava, exatamente, a estrutura urbana (ferrovia) trazida por esse processo de desenvolvimento nacional, alavancando a atuação das atividades comerciais do grupo¹³.

Assim, a Companhia dos Armazéns Gerais – estrategicamente localizada na Praça Americano do Brasil, setor central da cidade, próxima à base da estação ferroviária, rapidamente se constituiu no principal mecanismo de recepção e trânsito de mercadorias, bem como de escoamento da produção local.

Contudo é preciso ressaltar que se esta produção era em grande parte orquestrada pelo grupo Pina, o mesmo não era o único a trabalhar com o segmento ligado à produção de grãos em Anápolis, havendo outros beneficiadores como os Bulhões e, pouco mais tarde, Jonas Duarte. Contudo, os Pina foram os primeiros a criar uma empresa específica ligada ao armazenamento e transporte de cereais. Ao fazê-lo, garantiram sua preeminência e influência no setor em virtude de centralizarem a produção, o beneficiamento, a estocagem e o transporte de grãos. Assim, da produção ao carregamento final – diretamente nos vagões da ferrovia – todo o processo estava concentrado nas mãos de membros da família Pina.

¹³ A cidade, que possuía um comércio promissor relacionado ao abastecimento e distribuição de mercadorias, com o advento da ferrovia consolidou-se como ponto aduaneiro da região Centro-Oeste, uma vez que as mercadorias do Norte encontravam nos armazéns da cidade ponto seguro para estocagem, assim como as mercadorias vindas da região Sul chegariam ao novo mercado consumidor e seriam novamente distribuídas para o Norte (VARGAS, 2015, p.73)”.

Noutros termos, ao controlar o ciclo que envolvia os pontos extremos da produção e da comercialização de cereais, o grupo se apropriava daquele setor da economia, criando um monopólio lucrativo, cujo centro assentava-se na Companhia Goiana de Armazéns Gerais, sob a direção de Nicanor de Faria e Silva, Ubirajara Herocan Leite e Carlos de Pina.

Imagem 2. Companhia Goiana de Armazéns Gerais na Praça Americano do Brasil.



Cia. Goiana de Armazéns Gerais
Praça Americano do Brasil
Anápolis — Goiás

Confiar as Suas Mercadorias á
CIA. GOIANA DE ARMAZENS GERAIS
E' Zelar Pelos Seus Próprios Interesses

A COMPANHIA
a) recebe em depósito, para guarda e conservação, quaisquer quantidades de café, cereais e mercadorias em geral;
b) faz adiantamentos de dinheiro para pagamentos de fretes e impostos;
c) encarrega-se, mediante autorização dos depositantes, da colocação das mercadorias armazenadas;
d) emite, em nome e por conta do comitente, fatura e duplicatas e se encarrega de sua liquidação;
e) permite que os donos das consignações assistam a todos os serviços executados por sua ordem;
f) dá aos depositantes inteira liberdade na escolha do corretor para colocação dos seus produtos;
g) atende prontamente a qualquer pedido que lhe for requisitado;
h) emite os títulos indispensáveis ao levantamento de numerário — **CONHECIMENTO DE DEPOSITO E WARRANTS**.
i) Mantem máquinas para benefício de arroz, café e câmaras de expurgo.
j) Possui armazéns com capacidade para quase meio milhão de volumes.
k) Zela pelos interesses dos depositantes como pelos próprios.

DIRETORES:
DR. NICANOR DE FARIA E SILVA — UBIRAJARA HEROCAN LEITE — CARLOS DE PINA

Para Consignação, Guarda e Conservação
COMPANHIA GOIANA DE ARMAZENS GERAIS
Uma grande organização a serviço de nossa produção agrícola.

Fonte: O Anápolis (1947).

Um anúncio da Companhia (Imagem 2) permite perceber a magnitude do edifício e do empreendimento destinado à guarda e ao estoque de grãos de café, cereais e mercadorias, indicando uma capacidade de estocagem de quase meio milhão de volumes, quantidade considerável para o período, sobretudo se levarmos em conta os altos custos com a manutenção, o espaço de armazenagem e a segurança.

O mesmo anúncio revela outro aspecto interessante. A Companhia fazia empréstimos para que os clientes pagassem despesas com impostos e fretes.

Utilizava, então, os mesmos métodos adotados pelas empresas de importação e exportação de São Paulo: emissão de “conhecimentos” e de “*warrants*”¹⁴ – o fornecedor só recebia a garantia no momento da estocagem, enquanto o atravessador especulava sobre o produto e a sua margem de lucro.

As estratégias de gestão adotadas demonstram as conexões existentes entre a empresa goiana e outras regiões do país, notadamente, os Estados do Sudeste, principalmente, com São Paulo. A metodologia empregada para atuação no segmento de exportação era muito semelhante àquela dos exportadores paulistas, indicando confiança no mercado e preocupação com a liquidez financeira do empreendimento, pois, mesmo não sendo instituição bancária, praticavam uma política de atuação financeira bem próxima daquela de um banco.

De fato, os negócios dos irmãos Pina iam de vento em popa e seus investimentos não paravam de crescer. Com o passar do tempo e o advento das inovações tecnológicas, fundaram, em 1948, uma empresa que garantiu sua entrada no comércio de veículos automotores e no mundo das novas tecnologias: a Sociedade Comercial de Automóveis. Face visível do processo de modernização e responsável pela introdução de hábitos associados ao uso de produtos industrializados na cidade, a iniciativa demonstra que a população goiana e anapolina estava definitivamente inserida no mundo moderno dos automóveis, dos eletrodomésticos e das inovações tecnológicas que, aos poucos, iriam provocar alterações no contexto das práticas e das relações sociais, por meio da introdução de novas formas de pensar e agir no mundo contemporâneo.

No dia da inauguração, em 15 de fevereiro de 1948, em sua edição de número 757, o jornal O Anápolis estampava manchete intitulada “Engrandecem a cidade e enriquecem o Estado as instalações da Sociedade Comercial de Automóveis Limitada” (O ANÁPOLIS, 1948, p. 5). De acordo com a matéria publicada no periódico, vários parceiros comerciais estavam presentes. Dentre

¹⁴ São títulos de garantia, emitidos pela empresa responsável pela guarda das mercadorias. As mesmas podem ser vendidas ou negociadas e atestam ao seu portador a propriedade dos volumes.

eles, representantes estrangeiros de diversos setores da SHELL combustíveis e emissários de grandes marcas como a Philco e a Brasmotor.

Localizada em imponente edifício com mais de mil metros quadrados de área construída, entre a Rua Getúlio Vargas e a Praça Gomes de Souza Ramos, no centro da cidade, a Sociedade Comercial de Automóveis Ltda¹⁵ possuía amplos salões para exposição de produtos, além de uma grande e moderna oficina. Ocupava-se da revenda de eletrodomésticos (rádios, geladeiras, etc.), além de automóveis e caminhões fabricados pela General Motors (GM).

Antes da Sociedade Comercial, os poucos produtos existentes só podiam ser adquiridos fora da cidade e, em sua quase totalidade, fora do Estado de Goiás, ocasionando demora nos procedimentos de compra e custos elevados ao consumidor final. A partir dos anos 1950, a companhia também começou a comercializar pequenos caminhões da GMC (divisão de caminhões da companhia General Motors), coincidindo com o momento em que, no Brasil, as rodovias começavam a suplantam as ferrovias.

Desde o princípio, a Sociedade Comercial de Automóveis oferecia a seus clientes a possibilidade de financiamento dos seus produtos automobilísticos em até 20 parcelas, com juros baixos, como forma de impulsionar as vendas (O ANÁPOLIS, 1948, p. 5).

Tudo isso demonstra a importância do empreendimento e as amplas relações comerciais estabelecidas pela empresa, indicando que, se parte significativa das mercadorias eram provenientes de São Paulo, era, exatamente, em virtude das conexões do grupo Pina com grupos empresariais e grandes estabelecimentos comerciais estabelecidos na região Sudeste do país.

Finalmente, embora tenhamos indicado as principais atividades comerciais do grupo Pina, vale ressaltar a existência de outros estabelecimentos de propriedade da família, tais como engenhos para o beneficiamento de arroz,

¹⁵ A partir de 1955, a Sociedade Comercial de Automóveis Limitada, passa a se chamar simplesmente Companhia Comercial de Automóveis.

tabacarias e marcas de café (O ANÁPOLIS, 1944, 1948 e 1954), revelando a grande diversificação dos negócios gerenciados pelo grupo Pina.

Como vimos, sua esfera de atuação abrangia desde o comércio de grãos, passando por loja de armarinhos e ferragens, até a comercialização de eletrodomésticos e automóveis. Empreendimentos que confirmam a posição de Anápolis enquanto polo urbano produtor e distribuidor de mercadorias. Assim, nos termos propostos por Braudel (2009), toda “economia-mundo”, possui um “polo central” por onde circulam diversas “mercadorias”. Por essa via, percebemos a cidade de Anápolis como núcleo central de uma espécie de “economia-mundo”.

2.3. AS AÇÕES DO GRUPO NA ESFERA BANCÁRIA: PRIMEIRO BANCO PRIVADO DE GOIÁS

Fundado em 1942 por Antônio Luiz de Pina, tendo como gerente Sócrates Mardocheu Diniz¹⁶, o Banco Comercial do Estado de Goiás (GOIAZBANC) foi o primeiro estabelecimento bancário privado, genuinamente goiano, com matriz na cidade de Anápolis. A ocasião do lançamento de sua pedra fundamental, no dia 15 de junho de 1946, contou com discursos acalorados de autoridades e personalidades do município, enfatizando o progresso da cidade.

Na localidade foi erguido um suntuoso e impressionante prédio que não passava despercebido pelos moradores da cidade, em sua maioria de origens simples e rurais. Neste contexto, percebe-se claramente a materialização do processo de modernização em Anápolis. A imponente construção despertava otimismo, mas também espanto, ao mesmo tempo em que se descortinavam na cidade sinais claros do progresso. Como disse Berman (1986), a modernidade traz o advento da inovação, da mudança, do novo.

O ambicioso empreendimento foi possibilitado graças a empréstimos realizados junto a bancos paulistas e a parcerias do poder público local, que

¹⁶ Mineiro que chegou a Anápolis para gerenciar a primeira agência bancária da cidade, uma filial do Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais S.A. Em pouco tempo, conquistou amigos e prestígio na classe empresarial e passando a atuar nesse segmento. Posteriormente, foi prefeito do município por dois anos.

concedeu isenções fiscais e facilitou a aquisição do terreno para a construção do imóvel. A imagem 3 demonstra o quanto o projeto era audacioso. O novo edifício contava com cinco pavimentos e saídas para as duas ruas, entre as quais se localizava. Em seu interior havia várias dezenas de salas, idealizadas cada uma com um fim específico.

Nos primeiros andares funcionavam as atividades do banco, além de um restaurante, enquanto nos demais havia um moderno hotel, com 60 quartos e 12 apartamentos para aluguel: consultórios médicos, odontológicos e escritórios para advogados. Também houve a organização de um salão de jogos e um terraço com grande espaço para reuniões, conferências e eventos sociais.

Imagem 3. Desenho do edifício sede do Banco Comercial do Estado de Goiás, em 1948.



Fonte: O ANÁPOLIS (1948).

Anunciando que a instituição bancária “marcou para o Brasil Central uma nova era”, matéria publicada no jornal O Anápolis afirmava que, após seis anos

de funcionamento, em 1948, “o GOIAZBANC se transformou na maior organização bancária de Goiás”, mantendo “serviços nas principais praças do país”. No âmbito da região, “O raio de ação do GoiazBanc não tem fronteiras”, afirmava o anúncio, indicando Anápolis como “a Meca econômico-financeira de Goiás”. (O ANÁPOLIS, 1948, p.16)

Instalado em várias cidades do Estado, a matéria jornalística revelava a amplitude do empreendimento:

Instalada em prédio próprio, a matriz do GOIAZBANC é o atestado do progresso e da marcha cadenciada do GoiazBanc. No magnífico edifício feito construir recentemente o Banco Comercial do Estado de Goiás S A. ampliou o seu sistema de amparo ao povo. [...] O raio de atuação do GoiazBanc não tem fronteiras. No prédio ainda deu a oportunidade para que a Anápolis, a meca econômica-financeira de Goiás, contasse com um moderno hotel e que em breve estará em funcionamento. Departamentos instalados em Goiânia, Goiaz, Inhumas, Itaberaí, Jaraguá, Morrinhos, Palmeiras de Goiaz, Piracanjuba e Pires do Rio. (O ANÁPOLIS, 1948)

De fato, a grandeza e a imponência do empreendimento estavam associadas à importância crescente da própria cidade, terra promissora para os negócios que, durante as décadas iniciais do século XX, passava por um significativo processo de crescimento que coincidia com as iniciativas ambiciosas do grupo Pina.

Para além das fronteiras de Goiás, o país vivia um clima de transformações. No contexto do pós Segunda Guerra Mundial, o Estado brasileiro havia começado o processo de substituição de importações, movimento que se traduzia na mudança do foco produtivo econômico nacional. O país que até então estava centrado no modelo econômico agroexportador¹⁷, passa a incentivar a industrialização através da produção de bens com maior valor agregado.

¹⁷ O modelo agroexportador dos países subdesenvolvidos, altamente dependente do mercado econômico externo, já estava em crise desde 1929, devido à crise mundial que se seguiu à quebra da Bolsa de Nova York.

No plano da política, o governo centralizador e nacionalista de Getúlio Vargas buscava desenvolver a nação ao mesmo tempo em que diminuía a alta dependência da economia brasileira em relação aos mercados internacionais. Tal empreitada obteve êxito e o país conheceu um período de desenvolvimento econômico que teve reflexos, inclusive, nas áreas mais interioranas, a exemplo do Estado de Goiás.

Com correspondentes financeiros em todo o país – sobretudo em Minas Gerais e de São Paulo – e mantendo reservas legais no Banco do Brasil, desde então, neste cenário nacional de desenvolvimento, o imponente Banco Comercial do Estado de Goiás – ou simplesmente GoiazBanc, como ficou conhecido – passou a atuar mais intensamente como centro financeiro na região, oferecendo serviços e investimentos em importantes cidades.

Os acontecimentos no plano internacional também ajudavam. Com a quebra da Bolsa de Nova York, em 1929, e a devastação deixada na Europa pelas duas grandes guerras mundiais, a economia global passava por mudanças e nações situadas na periferia do sistema ganhavam mais espaço como parceiros comerciais dos principais países ocidentais.

No Brasil, o governo de Getúlio Vargas introduziu várias reformas de cunho econômico, jurídico e político, que buscavam desenvolver e modernizar a nação. Nesse momento, o capitalismo nacional se alinhava ao capitalismo internacional deixando de ser essencialmente agrário e dominado por grandes latifundiários, figurando como país em vias de industrialização com novas classes sociais em ascensão. É neste contexto que podemos entender o processo de expansão do sistema bancário como uma das facetas da modernização nacional, além de imprescindível para financiar a expansão do sistema econômico dominante. Assim, a criação e o crescimento do GoiazBanc em Anápolis estavam conectados ao momento histórico e às transformações econômicas em curso no Brasil.

Na Tabela 2, podemos perceber que o capital bruto do GoiazBanc, em 1947, era de dois milhões, quinhentos e quarenta e sete mil, quinhentos e

sessenta e sete cruzeiros e sessenta centavos¹⁸, mais cento e sessenta e seis mil, trezentos e treze cruzeiros e sessenta centavos, depositados no Banco do Brasil. Além de quatrocentos e setenta e um mil e quatrocentos cruzeiros, divididos entre fundos diversos e reservas legais.

Tabela 2. Balancete financeiro do banco contém informações sobre bens, despesas, lucros e capital do empreendimento.

**GOIAZBANC
(BALANÇO FINANCEIRO – 1947)**

Ano	Receita	Depósito Banco do Brasil	Fundos e reservas legais	Gastos gerais: aluguéis e materiais	Lucros dos acionistas	Lucros dos diretores
1947	2.547.567,70	176.313,60	471.400,00	177.133,70	400.000,00	74.239,00
Valor/ Moeda	Cruzeiros	Cruzeiros	Cruzeiros	Cruzeiros	Cruzeiros	Cruzeiros

Fonte: O Anápolis (1948).

Também há os valores associados aos lucros, descontadas as perdas. As despesas com pessoal, gratificações, aluguéis, dentre outros, atingiram a cifra de cento e setenta e sete mil, cento e trinta e três cruzeiros e setenta centavos. Os dividendos, em torno de quatrocentos mil cruzeiros, a serem distribuídos entre os acionistas. O lucro líquido da diretoria foi equivalente a setenta e quatro mil, duzentos e trinta e nove cruzeiros e a previsão de imposto de renda para o semestre foi de cento e cinquenta e seis mil, trezentos e noventa e dois cruzeiros¹⁹.

¹⁸ No final do ano de 1942, por meio do Decreto Lei 4.791, o então presidente da República, Getúlio Vargas, instituiu o Cruzeiro como a nova moeda brasileira. A nova moeda substituiu o tradicional padrão monetário brasileiro, pautado no Réis. O plano Cruzeiro durou até fevereiro de 1967, quando o governo militar, tentando conter a inflação, o substituiu pelo Cruzeiro Novo.

¹⁹ Para se ter uma ideia da dimensão dos valores indicados no período, basta multiplicar cada Cruzeiro por mil, para se chegar ao valor correspondente no padrão monetário anterior, o Réis.

Podemos, assim, quantificar a magnitude do Banco Comercial do Estado de Goiás. Detinha em caixa e em reservas legais um patrimônio milionário, contando grande liquidez de mercado. Os acionistas recebiam uma remuneração considerável e a diretoria, na qual se subentende os proprietários, recebia uma fatia numerosa dos lucros.

Na Tabela 3 é possível estabelecer um paralelo da saúde financeira da instituição, em três momentos distintos. Primeiramente, pouco depois do início de suas atividades, o ano de 1947 demarca a consolidação da nova sede e do próprio banco. Depois, em 1953, quando a realidade da cidade já havia mudado bastante, desde o início das atividades do banco. E, por último, em 1955, ano que antecede a venda do banco, de vertente regional, para um banco de origem paulista e com grande atuação em nível nacional.

Os dados abaixo são claros. O Banco Comercial do Estado de Goiás, sempre teve boa saúde financeira, tendo iniciado suas atividades com bons referenciais de patrimônio e reservas. Os lucros e reservas aumentaram consideravelmente nos primeiros anos de atuação e apenas sofreram uma pequena queda no período próximo da data de venda, mantendo sua lucratividade e despertando, provavelmente por isso, o interesse de aquisição por parte de outra grande instituição bancária: o Banco Brasileiro de Descontos S/A (BRADESCO).

Tabela 3. Aspectos financeiros do Banco Comercial do Estado de Goiás, incluindo matriz e filiais, nos anos 1947, 1953 e 1955.

GOIAZBANC (BALANÇOS FINANCEIROS – 1947, 1953 e 1955)						
Ano	Receita	Fundos e reservas legais	Gastos gerais: alugueis e materiais	Gastos especiais: juros/imposto	Lucros dos acionistas	Lucros dos diretores
1947	3.668.646,40	11.238.200,00	609.074,80	763.822,30	400.000,00	89.154,90
1953	7.346.869,40	13.679.000,00	1.347.310,30	1.418.677,80	500.000,00	76.474,60
1955	4.539.444,30	14.383.600,00	1.588.445,30	1.292.079,90	500.000,00	69.558,50

Fonte: jornal O Anápolis (1947,1953 e1955).

Entretanto, vale ressaltar, que o GoiazBanc não era o único estabelecimento bancário que atuava em Anápolis. Embora o banco se autodeclarasse como primeiro de Goiás, é preciso pontuar que o Banco Imobiliário e Mercantil do Oeste Brasileiro S/A também era genuinamente goiano, fundado em 1946, na cidade de Anápolis, por um grupo político ligado ao empresário Jonas Ferreira Alves Duarte, opositor político e concorrente econômico do grupo Pina.

Assim, ponderamos que, apesar da proximidade das datas de fundação, das coincidências espaciais e de certa imaginação social contrária, o Banco Imobiliário e Mercantil do Oeste Brasileiro S/A não foi o primeiro com matriz em Anápolis a atuar em Goiás. Tal posto se deve, de fato, ao Banco Comercial do Estado de Goiás.

Neste caso, vale notar que as receitas, reservas, despesas e atividades do Banco Imobiliário Mercantil do Oeste Brasileiro S/A eram pequenas se comparadas com o estabelecimento financeiro dirigido pelo grupo Pina, conforme indica a Tabela 4.

Tabela 4. Aspectos financeiros do Banco Imobiliário e Mercantil do Oeste Brasileiro S.A, incluindo matriz e filiais nos anos 1946,1947 e 1953.

BANCO IMOBILIÁRIO E MERCANTIL DO OESTE BRASILEIRO S/A (DADOS FINANCEIROS – 1946, 1947 e 1953)					
Ano	Receita	Fundos e reservas legais	Gastos gerais: alugueis e materiais	Gastos específicos: perdas e juros	Lucros gerais
1946	511.111,20	450.824,60	24.737, 90	115.188, 60	16.621.668,00
1947	827.824,70	589.900,60	74.833, 50	104.085,40	27.690.417,10
1953	3.790.790,60	4.565.599,40	1.684.597,90	195.571,40	96.069.837,30

Fonte: O Anápolis (1946,1947 e 1953).

Se compararmos dos dados da Tabela 4 com aqueles da tabela anterior, percebemos a grande discrepância fiscal e econômica entre as empresas. Enquanto os indicadores, sejam eles receitas, despesas ou lucros, do Banco Comercial do Estado de Goiás são contados na casa dos milhares, os do Banco Imobiliário e Mercantil do Oeste Brasileiro S/A são cotados quase sempre na casa das centenas. Visto isto, podemos afirmar que o banco pertencente ao grupo Pina, não só foi o primeiro genuinamente goiano e com sede em Anápolis, como também era o maior de sua época.

Em 1961, o Banco Comercial do Estado de Goiás foi vendido para o Bradesco, em uma transação rumorosa, passando a se chamar Banco Brasileiro de Descontos do Estado de Goiás. De acordo com matéria publicada por um jornal da época,

Uma das maiores movimentações comerciais feita nesta cidade, foi levada a efeito na tarde de ontem, quando o s.r. Amador Aguiar, superintendente do Banco Brasileiro de Descontos S.A., fechou as negociações de compra do Banco Comercial do Estado de Goiás S.A, com o s.r. Antônio Alves de Queiros, ate então superintendente do GoiazBank. (O ANÁPOLIS, 1960, p. 2)

Todavia, nos chamam a atenção, dois aspectos: o primeiro é o valor da transação, algo em torno de cem milhões de cruzeiros (O ANÁPOLIS, 1960), valor considerável que confirma a importância do banco. Para se ter uma ideia, seria possível comprar à época, um veículo como o VW Fusca, por 540 mil cruzeiros, se arredondássemos esse valor para 500 mil cruzeiros, com 1 milhão de cruzeiros teríamos dois veículos. Logo, com 100 milhões de cruzeiros, teríamos 200 unidades de veículos. À primeira vista, o número parece pequeno, mas vale lembrar que automóveis eram artigos de luxo inacessíveis à grande maioria da população do período, ou seja, o valor levantado com a venda do banco foi realmente considerável.

Outro aspecto foi o interesse demonstrado por esse estabelecimento financeiro, com relação à compra do banco, o que demonstra não apenas sua importância, mas também aspectos como a saúde financeira da instituição, bem

como possibilidades de crescimento e competitividade no mercado nacional, uma vez que, provavelmente, o Bradesco não estava interessado apenas na carteira de clientes do GoiazBanc ou em sua expansão, mas buscava neutralizar um provável futuro concorrente no mercado financeiro regional.

Assim, como núcleo central de uma economia-mundo (BRAUDEL, 2009), Anápolis iria, paulatinamente, se consolidando como um grande polo fornecedor dos mais diversos tipos de serviços. Neste contexto, a ampliação dos negócios controlados pela família Pina conduziria a um redirecionamento de sua esfera de atuação.

2.4. A CONJUNTURA ECONÔMICA DA CIDADE E AS ATIVIDADES INDUSTRIAIS DO GRUPO PINA

Ao analisarmos cronologicamente as atividades econômicas e políticas do grupo Pina, percebemos uma ordem temporal no seu desenvolvimento. Ao que tudo indica as primeiras atividades foram aquelas ligadas ao setor primário, ou seja, a agricultura, e também ao setor terciário²⁰, ou seja, no comércio, muito provavelmente em função da conjuntura geográfica e histórica da cidade. Em seguida, vimos prosperar atividades ligadas ao segundo setor, de cunho industrial (manufatura), com a estruturação e crescente produção de bens de necessidade básica, principalmente aqueles ligados ao ramo da construção civil e ao vestuário. Depois disso, percebemos a ampliação das atividades ligadas ao ramo financeiro, desenvolvidas pelo grupo. Não que as mesmas ainda não existissem, mas parece possível identificar momentos de maior importância para cada um dos seguimentos levados a cabo pelos membros da família.

Assim, temos o desenvolvimento das atividades da família Pina com uma estrutura verticalizada: comércio urbano (varejo e atacadista), armazéns e

²⁰ O termo "terciário" foi introduzido por Fischer em 1935, paralelamente à construção dos termos "primário" e "secundário", então utilizados na "Austrália e na Nova Zelândia", para se referir, respectivamente, aos setores "agropecuário e manufatureiro". Permaneceu no imaginário das pessoas da época a ideia de que o setor de serviços era de "menor importância", logo, seria o "terceiro setor". (KON, 1999)

beneficiamento (atravessador), indústria de bens de consumo, e o setor bancário que se desenvolvia paralelamente as demais atividades.

Noutros termos, temos a agricultura e o comércio como atividades econômicas inaugurais do grupo, muito provavelmente pela necessidade de provimento de mercadorias básicas de tropeiros e moradores naquele início de século XX. Em seguida, o grupo investe mais diretamente na produção industrial, após a década de 1930. Embora com menos intensidade, desde meados da década de 1920 os Pina já atuavam no beneficiamento de grãos e na produção de energia elétrica. Entretanto, somente nas décadas seguintes essas atividades ganharão força. E, em quarto lugar, mas não dissociado das demais atividades, o grupo investe na esfera bancária e financeira, com a inauguração de seu próprio banco no início da década de 1940. Muito provavelmente, entretanto, realizavam, antes disso, formas informais de empréstimos e investimentos de capitais, devido à inexistência de estabelecimentos bancários na cidade.

Vale lembrar que a indústria de bens primários, uma espécie de agroindústria, já era explorada pelo grupo, muito especialmente na produção, beneficiamento e exportação de grãos (café, arroz e feijão), caracterizada e baseada, contudo, no setor estritamente primário, não podendo se falar, ainda, em indústria de bens secundários. Este tipo de atividade remonta ao início da década de 1920 e, ao que tudo indica, começou a ser explorado depois que o ramo comercial já estava em atuação na cidade e, muito provavelmente, ocorreu concomitantemente aos serviços financeiros do grupo, certamente, com a chegada da ferrovia na cidade, mas não somente isso. Os aspectos internos do município também devem ser considerados, já que a cidade passava por um processo de crescimento acelerado, tanto na economia quanto do ponto de vista demográfico.

É como se a conjuntura histórica da cidade, marcada pela crescente oferta de mão de obra e o atraente mercado consumidor,²¹ se aliasse à confortável

²¹ Entre as décadas de 1920 e 1940, a população anapolina cresceu exponencialmente. Segundo Jucelino Polonial, somente entre 1930 e 1940, a população local mais que dobrou, em consequência do êxodo rural e da ilusão de emprego fácil na cidade (POLONIAL, 2011).

condição econômica do grupo, assentando, assim, as pedras no caminho para o início da industrialização, propriamente dita, do município. Como explica Silva,

Entretanto, foi o café o grande suporte econômico da cidade em sua fase econômica predominantemente primária, nas primeiras décadas do século XX. Com ele foi possível dar o impulso que a cidade precisava para dinamizar sua economia nas décadas posteriores, pois apesar de suas crises cíclicas, ele permitiu a acumulação de capital pelo setor agroexportador da cidade que, tempos depois, transferiu este capital à indústria, comércio e às finanças. (SILVA, 1997, p.58)

Isto é, com o tempo e o sucesso das primeiras atividades econômicas, os grupos locais agroexportadores, compreendidos aí as principais famílias componentes das elites locais ligadas à produção ou ao beneficiamento e à exportação de grãos – como foi o caso do grupo Pina – e ao comércio – caso dos Bulhões, dos Duarte, da Colônia Síria e do próprio grupo Pina – teriam acumulado capitais que possibilitaram a dinamização econômica da cidade. Como afirma Silva,

Em Anápolis, o desenvolvimento capitalista pode ser estudado não somente através de obras, mas também através de pessoas que integraram grupos que transcenderam o local: Aquiles de Pina, Miguel Jorge, Itálo Negehtini, Jad Salomão e toda a colônia síria, entre outros que formavam a classe dominante local sustentada pelo café, arroz, agro-indústria e pelo comércio local. Era uma classe dinâmica que, de “olho” em seus próprios interesses, buscando seu próprio crescimento econômico, possibilitou mudanças nas relações de produção. (SILVA, 1997, p.60)

Neste aspecto, o grupo Pina, que era um dos principais grupos econômico da cidade, em virtude da diversificação e da dimensão de seus empreendimentos, acumulou lucros com o comércio e exportação de grãos para, em seguida, redirecionar investimentos em outras atividades. Os Pina se diferenciavam dos demais por terem ampliado seus negócios mais rapidamente e, certamente, por não terem ligações diretas com a produção rural, ou seja, não tiveram na

propriedade da terra a origem de seu capital. Mesmo atuando fortemente no beneficiamento e na exportação de grãos, não tinham o seu foco de atuação na grande propriedade agrícola.

Foi nessa conjuntura que o setor industrial tomou força em Anápolis. Encontramos, então, nesse período, três grandes empreendimentos pioneiros do grupo Pina, ligados ao setor secundário: a Induspina S/A – Companhia Força e Luz (voltada para a indústria de produção de tijolos, telhas e cerâmicas) e a Companhia Goiana de Fiação e Tecelagem de Algodão S/A.

No cenário internacional, como vimos, o modelo de substituição de importações, implantado por Getúlio Vargas, levou o desenvolvimento nacional a vários setores. Em especial, ao campo industrial, o qual passou a ser incentivado diretamente pelo Estado brasileiro. Tal processo, contudo, necessitava de meios estruturais básicos para se concretizar, a exemplo do setor elétrico, vital para o funcionamento das empresas, além de aspecto indissociável para a expansão urbana. Assim, é nesse cenário de necessidades básicas inerentes ao processo de desenvolvimento capitalista nacional que devemos entender a expansão da rede elétrica até Anápolis e a consequente exploração de tais serviços pelo grupo Pina.

2.4.1. COMPANHIA FORÇA E LUZ: INVESTIMENTOS E EXPANSÃO DA REDE DE ENERGIA ELÉTRICA

Uma das primeiras atividades industriais que marcou a atuação da família Pina em Anápolis foi a produção e venda de energia elétrica²². A expansão da rede elétrica pelo território goiano foi um aspecto que indicava claramente os avanços do processo de modernização. Aos poucos, os investimentos na área condicionavam as relações sociais e políticas na região.

²² Situamos, assim, a exploração do fornecimento de energia elétrica no rol de prestação de serviços públicos. O funcionamento da empresa foi autorizado através de concessão de exploração por parte do poder público municipal, demonstrando assim as conexões, desde muito cedo, do grupo Pina com o campo político local.

Em Anápolis, a energia elétrica havia sido objeto de investimento, em 1924, por parte da companhia carioca Faria e Colemann, a primeira da cidade²³. Transcorridos alguns anos e com o aumento da demanda, no início da década de 1930, a empresa amplia sua atuação, incorporando novos sócios e proprietários, dentre eles Aquiles de Pina, dando origem à empresa Força e Luz.

A companhia passou então, a partir 1931, com Aquiles de Pina na presidência, a expandir a produção de energia elétrica, construindo novas usinas hidrelétricas, inclusive uma no rio Piancó e outras na cidade de Anicuns e na cidade de Izidoro. Assim, o fornecimento do serviço para Anápolis e cidades vizinhas foi ampliado e mantido por algumas décadas. Em matéria publicada em 1954, o jornal O Anápolis fazia menção à outorga do serviço ainda em 1931, quando a empresa Força e Luz iniciou as atividades de exploração do serviço de fornecimento de energia elétrica, a partir do mês de janeiro daquele ano, na condição de concessionária do município. O contrato administrativo teve duração de 25 anos, sendo que houve outro contrato entre a companhia e o governo federal (O ANÁPOLIS, 1954). Ao que tudo indica, esse contrato deve ter sido referente também ao fornecimento de energia elétrica para o município, sem que as cláusulas e contornos de tal celebração tenham sido divulgados oficialmente.

Assim, a atuação da empresa era assunto recorrente nas discussões travadas pelos membros do poder legislativo local. Em uma das atas de sessão da Câmara Municipal, pode-se perceber a importância da empresa para o município. Nela, o prefeito requer autorização aos vereadores para novos decretos suplementares de receitas, a fim de custear o aumento de fornecimento de energia elétrica no município. Tarefa que ficou a cargo da empresa Força e Luz, como mostra trecho da ata de registros de uma sessão da Câmara Municipal de Anápolis (1952, p. 6): “Art. 2º - para fazer face às despesas decorrentes do ampliamiento dos serviços de iluminação pública de Anápolis [...], fica o Prefeito Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar de sessenta mil cruzeiros (CR\$ 60.000,00) [...]”.

²³ De acordo com Silva, fundada em janeiro de 1924 por Francisco Silvério de Faria e Ralf Colemann, a Empresa Força e Luz ganhava mais dois sócios: Alberico Borges e Aquiles de Pina (SILVA, 1997, p. 69).

Como se pode ver, a Câmara Municipal autorizou a edição de crédito suplementar na ordem de sessenta mil cruzeiros para custear a expansão da rede de iluminação pública. A ata da Câmara, de 1952, também registra a preocupação dos vereadores com a legalidade do ato: no mesmo parágrafo que apresenta o valor da despesa, também se afirma que “a concessão” estava “totalmente de acordo” com as “regulações” e as “normas” “fazendárias vigentes”. O documento também registra que a proposta era proveniente da própria empresa Força de Luz, muito provavelmente pela falta de concorrentes.

Entretanto, em que pese a importância do serviço, e talvez por isso mesmo, eram frequentes as cobranças e críticas feitas pelos habitantes da cidade, dentre eles, líderes políticos e comerciantes, devido a qualidade dos serviços prestados (O ANÁPOLIS, 1950). Era comum os jornais da época, fazerem referências à constante falta de água e quedas de energia na cidade (O ANÁPOLIS, 1957). Reclamações contra o serviço prestado e o monopólio exercido pela empresa era algo muito comum, podendo ser explicado pela grande demanda e pouca oferta do serviço na região.

Com relação à saúde financeira, a análise do balancete de 1955 permite identificar certa liquidez que caracterizava o funcionamento da companhia (Tabela 4). As informações, direcionadas aos clientes e à população, indicavam a capacidade de custeio e de produção de energia elétrica, bem como dos lucros da empresa. Vejamos:

Tabela 5. Situação financeira da companhia Força e Luz em 1955.

BALANCETE DA COMPANHIA FORÇA E LUZ (1955)			
Ano	Capital destinado à produção	Capital em reserva geral	Capital em dividendos
1955	16.476.912,30	14.757.808,28	4.680.335,80
Valor Monetário	Cruzeiros	Cruzeiros	Cruzeiros

Fonte: Jornal O ANÁPOLIS (1955).

De acordo com a Tabela 4, o capital destinado à produção, transmissão, distribuição e instalações em geral, correspondia a 16.476.912,30 Cruzeiros, em reservas gerais a 14.757.808, 28 Cruzeiros, em dividendos declarados, em torno de 4.680.335.80 cruzeiros. Números vultuosos que exemplificam a dimensão da empresa Força e Luz.

Devemos salientar, também, que as atividades da companhia não se limitavam à cidade de Anápolis, possuindo grande potencial de atuação em outras cidades goianas, inclusive as mais distantes, como no norte do Estado, como demonstra o anúncio publicado no jornal o Anápolis, em 1958:

Avisamos aos senhores Acionistas, nos termos da legislação vigente, que se acham à sua disposição, no Escritório desta Empresa, à Av. Tocantins, 49 – Uruaçu – o Balanço Geral do Ativo e Passivo, anexos explicativos, relatórios, demais papeis e livros referentes ao exercício de 1957, da Força e Luz, os quais poderão ser examinados a vontade. Uruaçu, 31 em dezembro de 1957. **Adelino Fernandes de Carvalho** – Presidente. (O ANÁPOLIS, 1958, p. 3)

Além de Uruaçu, onde detinha, inclusive, escritório com sede no município, a empresa estendia sua presença por várias outras cidades goianas, tais como Rialma, Ceres, Uruana e Rianápolis, como indica trecho do balancete de 1958: “Termina a Companhia o exercício de 1957, fornecendo energia elétrica para as cidades Ceres, Rialma, Uruana e Rianápolis” (O ANÁPOLIS, 1958, p. 2).

Percebemos, ainda, que a companhia estava em pleno processo de expansão de suas atividades, ampliando o fornecimento de energia elétrica em direção a outras cidades. Para isso, havia contraído um vultoso empréstimo, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE)²⁴, com o intuito de

²⁴ A Lei n. 1.628, de 20 de junho de 1952, criou o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), com o objetivo de ser um órgão federal formulador e executor da política nacional de desenvolvimento econômico. A partir de 1982, o banco acrescenta a letra S, de social, em seu nome, refletindo assim a preocupação também com o aspecto social do crescimento nacional.

atender cidades do Norte Goiano, como aponta informação publicada no jornal O Anápolis: “Em 1958, a Companhia fornecerá energia elétrica para as seguintes cidades de Uruceres, Carmo do Rio Verde, Rubiataba e Goianésia, tendo já solicitado as devidas concessões as repartições competentes”. (1958, p. 2)

Salientamos também, que esse avanço da rede elétrica sobre Goiás nada mais foi que uma das facetas do processo de modernização da região, essa expansão das vias técnicas sobre o território é necessária a expansão do próprio capitalismo. Sem, no entanto, significar um ganho direto para todos os grupos sociais, como vimos a modernização não atingi a todos da mesma forma, logo diversos componentes da sociedade Anapolina podiam não ter acesso á esse avanço técnico, e outros, como vimos nas reclamações dos parágrafos anteriores, eram atendidos apenas de modo precário pelo abastecimento de energia elétrica na cidade.

2.4.2. AS INDÚSTRIAS PINA: DO ENTORNO DE ANÁPOLIS À CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA

A Induspina S/A, sediada na região central da cidade, dedicava-se a produção e comercialização de tijolos, telhas, cerâmicas, dentre outros produtos, através de olarias localizadas na saída para a cidade de Campo Limpo, atual região da Vila Fabril. Criada pelos irmãos Pina em meados da década de 1940 visava atender um crescente mercado consumidor, com produtos até então não produzidos na região.

O fator primordial para se aventurarem nesse setor pode ter sido a facilidade de acesso à matéria-prima (abundante na região) e o baixo custo de produção (reduzido emprego de maquinário), além das possibilidades oferecidas com a expansão da urbanização no pós-guerra, notadamente, no Centro-Oeste brasileiro, associada à construção de Brasília, na década de 1950. Rapidamente, a Induspina cresceu, não só em Anápolis, mas também em outras cidades goianas. Correspondências da empresa, preservadas pelo Centro de Documentação da Universidade Estadual de Goiás (CEDOC/UEG), apontam nessa direção.

A Induspina mantinha transações comerciais com municípios, clientes e empresas localizadas em diversas cidades goianas, como podemos ver nos recibos de compra e venda da empresa: com cliente da cidade de Pires do Rio, em 10 de agosto de 1953, onde consta uma dívida no valor de hum mil quatrocentos e oitenta cruzeiros (CEDOC, CORRESPONDÊNCIAS, 1953, p. 73.); recibo de cliente da cidade de Pirenópolis, com data de 13 de julho de 1953, através no valor de dois mil, setecentos e quarenta e quatro cruzeiros (CEDOC, CORRESPONDÊNCIAS, 1953, p. 76.); ou da cidade de Porto Nacional, norte de Goiás, hoje Estado de Tocantins, em recibo datado de 15 de setembro de 1953, que registra negociação com a “Prefeitura do Município”, no valor de três mil, oitocentos e vinte três cruzeiros (CEDOC, CORRESPONDÊNCIAS, 1953, p. 107); cliente da cidade de Palmeiras de 30 de dezembro de 1953, no valor de três mil, setecentos e setenta cruzeiros (CEDOC, CORRESPONDÊNCIAS, 1953, p. 94). Vemos assim que a indústria possuía diferentes clientes, espalhados em várias cidades de Goiás.

Mas além de Goiás, a Induspina mantinha relações e realizava transações com empresas de outros Estados da federação, em especial com unidades mais desenvolvidas da União. Dentre eles, a Siemens Brasil Companhia de Eletricidade, com endereço na cidade do Rio de Janeiro; com a Companhia Agrícola e Pastoril de Goiás, sediada em São Paulo; e com o próprio poder público do Estado de São Paulo (CEDOC, CORRESPONDÊNCIAS, 1958, p. 225-227).

Também mantinha negócios no Estado de Minas Gerais. Correspondências mostram certa proximidade da Induspina com uma instituição de crédito mineira que, ao que tudo indica, era uma espécie de financiadora das atividades da empresa, como indica documento dirigido ao Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais S/A:

Prezados Senhores

Como é do inteiro conhecimento deste estabelecimento de crédito, a nossa maior atividade industrial gira em torno da fabricação de telhas francesas, telhas coloniais paulistas, tijolos furados, tijolos comuns e

lajotes [...]. Entretanto, com o início do período das chuvas, bastante prejudicial aos que se dedicam ao ramo da cerâmica [...]. Assim, estamos nos dirigindo a Vv. Vs., no sentido de lhes solicitar que nos seja concedido um empréstimo [...]. (CEDOC, CORRESPONDÊNCIAS, 1959, p. 344)

O pedido de empréstimo foi assinado pelo diretor-presidente da empresa, Agostinho de Pina, e visava garantir a continuação da produção, mesmo no período das chuvas, mostrando, assim, um dos caminhos utilizados pelo grupo para financiar suas empresas.

Em outra correspondência, desta vez destinada a uma metalúrgica situada no Estado do Rio de Janeiro, a Induspina se desculpa pelo atraso no pagamento de suas duplicatas junto a F. M. Com. e Ind. de Metais:

Em virtude das instabilidades que constantemente estão sendo verificadas no comércio em geral e das quais a nossa firma é também uma das vítimas, fomos forçados, muito contra nossa vontade, a atrasar com o pagamento de sua duplicata [...]. (CEDOC, CORRESPONDÊNCIAS, 1957, p. 76)

Vemos, assim, que a Induspina mantinha relações com outras cidades e outros Estados do país, adquirindo, nos Estados do Sudeste, além de empréstimos, mercadorias que viabilizavam a sua produção, a exemplo da metalúrgica carioca, indicando a dimensão da teia de relações econômicas mantidas pelo grupo.

Conseqüentemente, ponto importante a ser analisado na dinâmica de produção da empresa se refere a outras localidades que receberam mercadorias básicas para a construção civil proveniente das olarias de Anápolis, em especial da Induspina.

Um caso especial foi a construção de Brasília, a nova capital federal. Iniciada em 1955, em pleno cerrado brasileiro, afastado do litoral e dos principais centros urbanos e econômicos do país, a construção de Brasília apoiou-se, ao

menos parcialmente, na oferta de matéria-prima proveniente de Anápolis. (PEREIRA, 2015), (MARQUES, 2006) e (SANTOS, 1997)

Mesmo que grande parte do material para a construção de Brasília tenha sido deslocada de avião de Estados do sudeste, é inegável a participação de Anápolis no processo. Sendo a cidade com maior estrutura e recursos na menor distância física do canteiro de construção, era de se esperar a participação da cidade na empreitada.

Assim, empresas envolvidas na construção da capital compravam material dos estabelecimentos comerciais e industriais anapolinos, em especial material básico para a construção civil. E grande parte deste material era produzido e comercializado pelas empresas do grupo Pina, especialmente as olarias pertencentes à Induspina, como indicam recibos da empresa.

Em um recibo de venda emitido contra a Companhia Urbanizadora da Nova Capital, em 7 de janeiro de 1958, foi registrado o valor de uma compra da Induspina de trezentos e cinquenta e seis mil cruzeiros (CEDOC, CORRESPONDÊNCIAS, 1958, p.164). Assim como em outros recibos, os valores de compra eram sempre elevados. Isto é, a empresa não só vendeu material básico para a construção de Brasília, como vendeu muito, já que o valor das compras eram elevados.

Os recibos de vendas, arquivados em blocos de correspondências, demonstram a quantidade de materiais que a Induspina forneceu à companhia responsável pela construção da nova capital federal, a Novacap²⁵. Por exemplo, em março de 1956, a “Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil” emitiu recibo, “aos cuidados” da “Construtora Planalto Ltda.”, no valor de “hum milhão, cinco mil, setecentos e setenta e seis cruzeiros” (CEDOC, CORRESPONDÊNCIAS, 1958, p.175.), valor bastante considerável.

²⁵ A Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap) foi criada em 19 de setembro de 1956, tendo Israel Pinheiro como seu presidente e outros notáveis nos seus quadros, tais como Oscar Niemeyer, Lúcio Costa, Athos Bulcão e Burlle Marx. O objetivo inicial da Novacap seria coordenar as obras durante a construção da nova capital. Porém, em 1960, como nem tudo estava pronto continuou os serviços, permanecendo em funcionamento até hoje. (CAMPELLO, 2010).

Como esclarecem os documentos, os valores eram altos, com faturas na casa dos milhares, alcançando, em alguns casos, a cifra de quase dois milhões de cruzeiros. Trata-se de valores que demonstram a grande quantidade de mercadorias saída das olarias da Induspina para abastecer a Novacap durante a construção de Brasília.

Em outra correspondência, a direção da Induspina reclamava reiteradas vezes dos transtornos causados pelos guindastes da Novacap, depositados nas dependências da empresa. Segundo o diretor superintendente, Agostinho de Pina, que assina o documento,

Confirmando nossas correspondências anteriores, sobre o assunto presente, voltamos a insistir junto a Vs. Ss. no sentido de haver uma solução de continuidade para os prejuízos que estão nos causando os guindastes desta Cia., na descarga de matérias junto de nossas propriedades, nesta cidade. (CEDOC, CORRESPONDÊNCIAS, 1958, p. 314)

Não é difícil perceber que o fluxo de caminhões e guindastes da NOVACAP nas dependências das olarias da Induspina era grande, tendo em vista o comprometimento da infraestrutura da empresa e o prejuízo denunciado através das cobranças frequentes realizadas pela direção, como indica correspondência do superintendente da Induspina, Agostinho de Pina, aos responsáveis da NOVACAP.

Já o “Balanço Geral e a Conta de Lucros e Perdas” da Induspina S/A, de 1955, publicado no jornal O Anápolis, demonstra aspectos interessantes, como o capital da empresa, que detinha entre caixa e bancos, cerca de “cento e oitenta e cinco mil cruzeiros”. Some-se a isso, mais de “vinte e um milhões” em reservas, lucros e capital (O ANÁPOLIS, 1956, p. 5.). Valores importantes para uma empresa do interior do Brasil, numa cidade com população em torno de cinquenta mil pessoas (POLONIAL, 2007).

No mesmo documento, podemos acompanhar os planos de expansão da empresa. No enunciado se entende que “a empresa” estava em franco

crescimento e em “processo de ampliação” com a “abertura de novos departamentos” e aquisição de mais “um manancial rico em matéria prima” para a indústria de cerâmica (O ANÁPOLIS, 1956). Ou seja, a empresa estava em ótima saúde financeira e com planos arrojados de ampliação, deixando entrever certa confiança no desenvolvimento econômico da cidade e do próprio Estado.

Vale também ressaltar que o avanço econômico das olarias da Induspina, acabou atraindo moradores da cidade, em grande parte funcionários da empresa, para as proximidades da sede da indústria. Muitos passaram a residir nas redondezas das olarias, originando bairros e alguma infraestrutura no local.

Ítalo Naghettini²⁶, que figura como diretor presidente da empresa, era membro da família Pina, tendo se casado, ainda em 1936, com Marília de Pina, filha mais velha de Aquiles de Pina, sendo parente por casamento dos integrantes do grupo e, como tal, aparece como sócio em alguns de seus empreendimentos.

Observa-se assim que havia uma espécie de alternância dos membros da família na direção das empresas do grupo. Em documento de 1955, o diretor presidente era Ítalo Naghettini. Em outros momentos aparecem ocupando o mesmo cargo Aquiles de Pina ou um de seus irmãos, demonstrando que o grupo e seus respectivos membros se comportavam como uma verdadeira corporação familiar.

2.4.3. NOVO INVESTIMENTO DO GRUPO: A COMPANHIA GOIANA DE FIAÇÃO E TECELAGEM DE ANÁPOLIS

Esse novo investimento do grupo se situava na indústria de bens de consumo – fiação e tecelagem – com baixo emprego de capital e maquinário. Aspectos estes que nos levam a pensar na Revolução Industrial Inglesa e a forma como o contexto de franco crescimento, a forte transformação socioeconômica e os modos empregados nos meios de produção aproximam as distantes realidades.

²⁶ Ítalo Naghettini era mineiro de nascimento e filho de Domingos Naghettini e de Alda Rodelli, italianos residentes no Brasil, provenientes de Veneza e de Bari, respectivamente (JAYME, 1973).

A Companhia Goiana de Fiação e Tecelagem de Anápolis S/A foi adquirida por indivíduos ligados à família Pina por relações de casamento. Viam, nessa estratégia, uma oportunidade de investimento diante da possibilidade de oferecer a custos módicos artigos com preços competitivos em relação ao que era produzido pela indústria paulista.

A Companhia Goiana de Fiação e Tecelagem²⁷ foi criada, primeiramente, por Raimundo Vieira, em meados da década de 1930, sendo, posteriormente, em meados de 1940, revendida ao engenheiro agrícola Luiz Caiado de Godói²⁸ e ao seu sócio, Ítalo Naghettini.

Assim não pertencia diretamente aos irmãos Pina, mas a um de seus parentes: o genro de Aquiles de Pina, Ítalo Naghettini, casado com Maria Abadia de Pina e ao seu cunhado, Luiz Caiado de Godoy. Assim, fosse de forma direta ou indireta, os Pina tiveram atuação na companhia. Muito provavelmente, Carlos de Pina e Luiz Antônio de Pina foram seus sócios minoritários, uma vez que ocuparam por algum tempo postos importantes na direção da empresa.

Em Goiás, a Companhia Goiana de Fiação e Tecelagem de Anápolis S/A, foi a primeira neste segmento. Desenvolveu atividades em um momento em que a cidade encontrava dificuldade para obter mercadorias resultantes da fiação industrial do algodão, ante a inexistência de fábricas que pudessem facilitar ou baratear a produção e a comercialização de artigos básicos de consumo como roupas, aparelhos de cama, cozinha ou banho. Neste contexto, o investimento realizado pelo grupo Pina constituiu-se em fator de grande avanço para o desenvolvimento da cidade.

Imagem 4. Propaganda jornalística da Companhia Goiana de Fiação e Tecelagem de Algodão

²⁷ Nos jornais da época ocorre uma pequena discrepância na nomenclatura da empresa, que costuma ser descrita como Companhia Goiana de Fiação e Tecelagem de Algodão S/A. Nos documentos oficiais de registro da Câmara Municipal ela é tratada por Companhia Goiana de Fiação e Tecelagem de Anápolis S/A. Adotaremos a última nomenclatura, mas ambas se referem à mesma empresa.

²⁸ O engenheiro Luiz Caiado de Godói era filho do paulista João Francisco de Oliveira Godoy com a vilaboense Teresa de Alencastro Caiado que, por sua vez, era filha de Luiz Antônio Caiado, integrantes do conhecido clã de coronéis goianos. Luiz Caiado de Godói se casou com Maria Abadia de Pina, em 1929, na antiga capital de Goiás (JAYME, 1973).



Fonte: Jornal O ANÁPOLIS (1946).

Desta forma, a Companhia Goiana de Fiação e Tecelagem de Algodão prosperou. Além de atender ao crescente mercado local, em pouco tempo ampliou seus negócios, alcançando cidades vizinhas, ampliando, assim, o raio de alcance de sua produção.

Desde então, o poder público já usava uma prática ainda hoje muito comum para atrair a abertura de indústrias e empresas em suas dependências geográficas, através de isenções de impostos, taxas e contribuições, visando seduzir pessoas jurídicas que pudessem contribuir e estimular o desenvolvimento da região. Assim, a Companhia Goiana de Fiação e Tecelagem de Algodão, ainda no século passado, já contava com este tipo de benefício.

É o que indica ata de registro da Câmara Municipal de Anápolis de 1940, que transcreve decreto que autoriza à companhia situada na Vila Jaiara, a realizar a “exploração de indústria de preparo e fabrico de tecidos”, oferecendo a “concessão de isenção de todos os impostos municipais” (CÂMARA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS, 1940, p. 20).

Este tipo de política municipal encontrava previsão legal e estava de acordo com o artigo 59 da Ata das Decisões Constitucionais Transitórias. Sendo interessante pontuar que outras indústrias também receberam este tipo de incentivo, que não ficava restrita às empresas ligadas ao grupo Pina. Posteriormente, com o sucesso evidente, a empresa passou por um processo de expansão, construindo novos galpões, adquirindo novos teares e contratando mais trabalhadores.

O sucesso foi tão grande que alguns chamavam a região onde estava instalada a fábrica de a Suíça brasileira. De acordo com coluna de jornal assinada por Oliveira Elias Martins, “nossa Suíça Brasileira, que é a Vila Jaiara, prospera e se enriquece, faltando somente a volta dos ônibus”. (O ANÁPOLIS, 1950).

Segundo Elias Martins, a Companhia Goiana de Fiação e Tecelagem de Algodão seria a única fábrica de tecidos do Estado de Goiás, sendo este o motivo de seu sucesso, tendo crescido rapidamente e ampliado sua estrutura e produção.

Neste movimento de ampliação e crescimento acabou beneficiando a região onde, mais tarde, surgiria um bairro que, atualmente, é um dos maiores e mais populosos da cidade, a Vila Jaiara, cuja história está diretamente ligada ao nascimento e expansão da fábrica de tecidos de Anápolis.

A Companhia permaneceu por décadas sob o controle do grupo Pina, vendida apenas nos anos 1960 às Indústrias Reunidas Vincunha S/A, revendida, em 1970, a um grupo de chineses, em período de mudanças no cenário econômico regional e nacional. Depois disso, funcionou por mais alguns anos e acabou fechada definitivamente no final da década de 1990. Seu prédio amplo e espaçoso é ocupado atualmente pela Faculdade Metropolitana de Anápolis (FAMA).

À época, como vemos, Anápolis se transformou, também, em importante polo produtor de mercadorias, abastecendo as cidades vizinhas. Como disse Braudel (2009), do “núcleo central” da economia-mundo, “chegam” e “saem” bens, produtos e “mercadorias”, ou seja, a cidade se configura como núcleo central produtor de bens e mercadorias, influenciando e dominando um vasto conjunto de cidades.

2.5. DIREÇÃO DE SINDICATO PATRONAL: A ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL E COMERCIAL DE ANÁPOLIS

Em virtude do sucesso econômico das atividades desenvolvidas pelo grupo Pina, sua influência chegou, inclusive, ao movimento sindical nascente na cidade. Carlos de Pina participa da criação do primeiro sindicato patronal da região, a Associação Industrial e Comercial de Anápolis (ACIA), que vai dirigir desde sua criação, em 1936, até 1943.

Na eleição para os primeiros diretores, diante das pessoas mais notáveis do município, foram eleitos, por aclamação, Alberico Borges de Carvalho e Carlos de Pina, respectivamente, primeiro presidente e primeiro vice-presidente da associação.

Durante uma curta gestão – fevereiro a maio – foram discutidas, organizadas e votadas as primeiras normatizações e regimentos da ACIA. Desde então, o vice-presidente, Carlos de Pina, assume a direção da associação, respaldado, pouco tempo depois, por uma nova votação que lhe confirma no cargo de presidente. João Asmar descreveu assim a gestão Pina:

Teve, contra sua gestão, a situação anômala que envolveu o país, com a implantação do chamado Estado Novo, de Getúlio Vargas, que proibiu as reuniões de associações, igrejas, maçonaria e ajuntamentos coletivos. Mesmo assim, atuou na defesa dos comerciantes, sobretudo na questão da obtenção de vagões para transporte de cereais, que ficavam aqui paralisados. (ASMAR, 2011, p.139)

Desta forma, a associação se empenha duramente para obter, junto à Estrada de Ferro Goiás, mais vagões para escoar a produção de grãos do município, inclusive oficiando diretamente a deputados, senadores e ao próprio governador do Estado (ASMAR, 2011), obtendo uma considerável façanha: reduzir a cota de café – estabelecida pelo Convênio de Taubaté²⁹ – que os exportadores deveriam entregar ao governo federal para ser queimada.

²⁹O objetivo básico do acordo era estabelecer uma política que conseguisse por fim à crise pela qual passava a cafeicultura no país, procurando valorizar o produto, regular o seu comércio, promover o aumento do seu consumo e criar a “Caixa de Conversão”, fixando o valor da moeda. Para tanto, os objetivos assumidos diziam respeito à compra de excedentes pelo governo para estabelecer o equilíbrio entre a oferta e a demanda; o financiamento dessas compras por empréstimos de bancos estrangeiros; o pagamento do serviço desses empréstimos por meio da

Já em janeiro de 1937, a associação se viu atingida pelos graves problemas políticos que o Brasil e o mundo assistiam. Naquele ano, Getúlio Vargas materializava o golpe de Estado que outorgou nova carta constitucional: a Constituição Polaca. Nascia assim o Estado Novo.

No contexto internacional, o mundo assistia à expansão dos governos totalitários na Europa. Assim, neste clima de hostilidade internacional e com a nação brasileira governada à mão de ferro por Getúlio Vargas, a maior parte das liberdades e garantias fundamentais foi suspensa. Nesta conjuntura, a Associação Comercial e Industrial de Anápolis ficou impedida de se reunir até 1943, permanecendo sem deliberações, mas sob o comando de Carlos de Pina.

2.6. ENTRE VITÓRIAS E DERROTAS: A INFLUÊNCIA POLÍTICA DA FAMÍLIA PINA

Em Anápolis, as atividades econômicas antecederam a atuação política dos membros do grupo Pina. Podemos dizer, assim, que foram os empreendimentos econômicos que abriram caminho para sucesso político da família.

Devemos salientar que o fenômeno da influência do poder econômico sobre o sistema político, no Brasil, é antigo. Ainda hoje, é muito comum que grandes empresários façam uso do poder econômico para a obtenção de prestígio através do acesso a cargos públicos.

Carlos de Pina foi eleito prefeito de Anápolis em 1947. Naquele momento, a cidade já contava com certo desenvolvimento e as atividades econômicas do grupo Pina viviam o seu auge. Assim, o novato em cargos eletivos enfrentava sua primeira eleição, num pleito tumultuado e disputado que acabou resultando em uma gestão tensa, sofrendo uma oposição forte e sistêmica da Câmara dos Vereadores. Filiado ao Partido Republicano, sigla renascida em 1945 de uma

cobrança de um novo imposto sobre a exportação do café; e a adoção de medidas destinadas a desencorajar a expansão das plantações (TOLEDO, 2008, p. 120).

dissidência do PSD³⁰, e sob a tutela de Arthur Bernardes, o partido possuía atuação tímida e limitada, com destaque em Anápolis devido ao prestígio da família Pina, exercendo grande importância na eleição de 1947 e, também, na de 1950, desaparecendo, contudo, em eleições posteriores.

No primeiro pleito, Carlos de Pina enfrentou um forte concorrente local, o empresário Jonas Duarte³¹ que, liderando importantes partidos, UDN³² e PSD, proporcionou uma disputa apertada na cidade. Como aponta Polonial,

Apesar de toda a campanha do jornal em favor de Jonas Duarte, a vitória ficou com o candidato do PR, mostrando a força do grupo Pina na cidade, embora, no processo de apuração, o candidato da UDN aparecesse na frente, dando esperanças aos udenistas, pois com 16 urnas apuradas, ele estava com 166 votos a mais que o candidato republicano. No entanto, ao final da apuração, Carlos de Pina venceu o pleito por uma pequena diferença de apenas 207 votos. (POLONIAL, 2007, p. 66)

A vitória de Carlos de Pina – com 2.815 votos, provenientes, em sua maioria, de moradores da zona rural, contra 2.608 votos de Jonas Duarte, que venceu na zona urbana da cidade – foi apertada. Os 207 votos de vantagem não garantiram mais que uma gestão difícil recheada de denúncias de fraudes por parte da chapa derrotada e boicotes frequentes a assuntos de interesse do poder executivo na Câmara Municipal, comprometendo, desta forma, o bom andamento da administração do município.

³⁰ O Partido Social Democrático (PSD) nasceu em 1945 de setores que compuseram o Estado Novo, idealizado para rivalizar com o PTB. Era integrado por membros de antigas oligarquias e ligado a setores da classe média, permanecendo no poder na maior parte do tempo que antecedeu o golpe militar de 1964.

³¹ Jonas Duarte se constituiu como empresário urbano e opositor político dos irmãos Pina. Em 1947, na disputa pela prefeitura de Anápolis, chegou a ganhar as eleições na zona urbana da cidade, sendo derrotado na zona rural, resultando numa vitória apertada de Carlos de Pina. Posteriormente, com a perda de grandes áreas rurais e distritos da cidade, o grupo econômico, associado às atividades urbanas, ligado a Jonas Duarte, ganha força. Assim, sua atuação política também cresce e passa, a partir da década de 1960, a superar o prestígio e influência dos Pina. (POLONIAL, 2007)

³² A União Democrática Nacional (UDN) nasce da oposição oligárquica ao Estado Novo, buscando o apoio de setores militares, uma vez que nunca teve apoio popular, em virtude de seu caráter elitista.

Tempos depois, na eleição que ocorreu no âmbito do poder legislativo, em 1950, a tentativa de pacificar os ânimos não conseguiu evitar a rivalidade entre os dois grupos na cidade: de um lado, Carlos de Pina, de outro, Jonas Duarte.

Naquela eleição, houve um grande acordo entre os principais partidos com representação local para que se pacificasse o processo eleitoral daquele ano. Assim, ambos os partidos desistiram de apresentar candidaturas próprias e concordaram em apoiar um único candidato, Sócrates Mardocheu Diniz, do PSD, saindo vitorioso para o cargo de prefeito.

Entretanto, tal acordo tinha um ponto fraco, pois o mesmo dispositivo não se estendia à disputa pelas cadeiras da Câmara Municipal. Assim, as tensões foram apenas transferidas de instituição: do poder executivo para o legislativo municipal.

Tal situação acabou levando a uma espécie de ingovernabilidade em virtude de que a Câmara estava fortemente dividida e, mesmo o prefeito sendo uma espécie de agente neutro, não conseguiu contornar a situação, acabando, assim, renunciando ao cargo em 1953. Ao final, foi escolhido um nome de consenso para um mandato tampão até a eleição de 1954.

Assim, Carlos de Pina, agora pelo PSD, aliado ao PTB³³, disputa e vence o pleito de 1954. Desta vez, pode contar com o apoio do seu grande opositor, Jonas Duarte que, na condição de governador do Estado, chega a pedir abertamente votos para a coligação de Carlos de Pina. Como analisa Polonial,

[...] chama a atenção é o fato do governador Jonas Duarte pedir votos para Carlos de Pina, que em 1947 o havia derrotado nas eleições municipais e que, naquela época, era considerado o símbolo do atraso, do nepotismo, o resquício do coronelismo, a familiocracia em Anápolis. Tudo isso é passado e agora eram aliados para o progresso da cidade. (POLONIAL, 2007, p.76)

³³ Partido Trabalhista Brasileiro, nascido sob a tutela de Getúlio Vargas, detinha inicialmente, aspecto meramente oficioso, atrelado aos interesses da elite agrária nacional. Posteriormente, com o surgimento de novas lideranças no partido, é que se aproximará ainda mais das questões trabalhistas e sindicais corporativistas.

Entretanto, mesmo contando com uma base de sustentação mais ampla, seu segundo mandato à frente da prefeitura de Anápolis foi bastante tumultuado. A partir de 1957, enfrentou uma grave crise política e administrativa, várias denúncias de crimes e atos imorais foram discutidos na Câmara Municipal e noticiadas no jornal O Anápolis.

As mais comuns se referiam o fato de, supostamente, o prefeito usar os cargos municipais para abrigar parentes e amigos. E, pior ainda, teria havido supostos favorecimentos aos parentes na contratação e no fornecimento de mercadorias adquiridas pela prefeitura municipal. Como indica discussão registrada na ata da Câmara Municipal,

[...] outra faceta muito significativa do nosso estudo foi apresentada relação de parentesco entre o Sr. Prefeito Carlos de Pina com funcionários e proprietários de firmas fornecedoras e de elementos executores de serviços da administração municipal. (CÂMARA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS, 1960 p. 26)

Os debates prosseguem e, na mesma ata, ficou registrada a preocupação dos vereadores com outro problema: contratação de parentes do prefeito no Executivo Municipal. Segundo um deles,

[...] não obstante a taxativa proibição legal, o administrador de Anápolis, abarrotou o quadro de funcionários municipal, com admissão de parentes seus próximos, chegando mesmo ao descabro de nomeá-los para exercício de funções. (CÂMARA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS, 1960 p. 26)

Tal situação gerou debates acalorados e acabou levando a um clima de desconfiança contra Carlos de Pina, que se viu cercado de críticas provenientes dos diversos grupos políticos da cidade.

No final do ano de 1957, novas denúncias surgiram, principalmente, por meio da imprensa local e, desta vez, se referiam a desvio de dinheiro público. A situação incendiou o debate político na cidade, chegando a ponto de jornais

insinuarem a possibilidade de uma renúncia do prefeito. O jornal O Anápolis, por exemplo, em matéria de capa da edição de 28 de abril de 1957, estimulava a ideia da renúncia, deixando entrever, por trás da notícia, a existência de um movimento popular que estaria atuando nos bastidores, articulando um “substituto” para o chefe do executivo municipal. “A cidade”, diz o texto,

[...] foi tomada de surpresa, nestes últimos dias, pelas notícias que davam conta da decisão do sr. Carlos de Pina, prefeito eleito em 54, em renunciar à chefia do executivo municipal. Segundo apuramos o sr. Prefeito estaria indeciso sobre a sua renúncia ou não, preferindo, talvez, uma simples licença, até que passe a “onda” que se vem formando e avolumando dia a dia em torno do seu nome”. (O ANÁPOLIS,1957, capa)

Contudo, tal renúncia nunca aconteceu e a crise continuou. No ano seguinte, o panorama continuava o mesmo: denúncias, suposições e grave crise política. Em 1958, a crise chega ao seu ápice: além de terem rejeitado as contas da prefeitura de 1956 por alegadas inconsistências, os membros da Câmara Municipal se negam a analisar a nova prestação de contas encaminhada pelo chefe do poder executivo. Como relata o jornal O Anápolis,

[...] levamos ao seu conhecimento que as contas do prefeito, posteriores aquelas que foram rejeitadas, não tem sido apreciadas na Câmara, sob a alegação dos vereadores de que só depois de solucionadas as contas de 1956 pelo Tribunal de Contas do Estado, aprovarão eles ou recusarão as posteriores aquelas, ou seja, posteriores às de 1956”. (O ANÁPOLIS,1958, capa)

A situação de crise permaneceu, mas acabou diluída no tempo. Devemos aqui salientar que a suposta renúncia ou mesmo o afastamento do prefeito municipal, nunca ocorreram. Não sabemos ao certo o teor das denúncias e nem qual seria a sua materialidade, sabemos apenas que elas ocorreram e que marcaram enormemente o segundo mandato de Carlos de Pina que, na prática,

conseguiu terminar seu mandato e, ao que tudo indica, as denúncias caíram no vazio.

No entanto, Carlos de Pina nunca mais disputou cargos públicos eletivos. Provavelmente, devido ao grande desgaste sofrido nesta última gestão ou, o que também parece possível, por questões internas inerentes ao próprio grupo Pina, uma vez que seu irmão, Aquiles de Pina, também se retirou da vida pública partir de 1960, década que coincide com a aparente decadência do grupo. A partir desta data, a maior parte de suas empresas foi vendida e seus membros, apesar de não desaparecerem da vida pública, passam a coexistir numa espécie de ostracismo político e social.

Apesar das polêmicas e das críticas, Carlos de Pina ganhou lugar de destaque na história da cidade, sendo descrito por João Asmar como “prefeito Municipal de Anápolis, eleito, por duas vezes, em disputa em pleitos eleitorais e cumpriu os mandados com a realização de muitas obras, que ainda permanecem. Seu nome está eternizado na vida da cidade” (ASMAR, 2011, p. 139).

Aquiles de Pina foi deputado estadual no período legislativo de 1929-1930, num primeiro momento pelo Partido Social Democrata e, mais tarde, nas fileiras do Partido Social Republicano. Foi suplente e assumiu, novamente, o cargo de deputado estadual em 1935-1937.

Neste momento, Aquiles de Pina militava politicamente no PSD, partido que passou a compor a frente de esquerda democrática, a qual, conjuntamente com a UDN, constituiu a base de apoio da campanha do futuro governador de Goiás, Jerônimo Coimbra Bueno, proprietário de uma grande construtora: a principal operadora na edificação de Goiânia, a partir de 1933.

Opondo-se ao grupo governista de Pedro Ludovico Teixeira, Coimbra Bueno se lança candidato a governador e vence o pleito. O fato demonstra a forte atuação de Aquiles de Pina dentro do PSD que, abrindo uma dissidência no partido, pavimentou o caminho para a candidatura rebelde e de oposição de Coimbra Bueno.

Posteriormente, já no Partido Social Progressista (PSP), Aquiles de Pina se candidata ao posto de vice-governador do Estado, na chapa de Altamiro de Moura Pacheco, em 1950, opondo-se ao grupo político de seu conterrâneo e opositor Jonas Duarte, candidato, por sua vez, a vice na chapa de Pedro Ludovico Teixeira, com o apoio da UDN, PSD e PTB.

Em Anápolis, a simples hipótese da candidatura de Aquiles de Pina, já animava bastante a população. De acordo com o jornal O Anápolis, o “líder político” anapolino poderia alçar “voos maiores”, poderia já lançar uma “candidatura a vice-governador” e não apenas para prefeito, pois ele era uma “figura ilustre” e com credibilidade para isto (O ANÁPOLIS, 1954).

Derrotado por Pedro Ludovico Teixeira, Aquiles de Pina e seu irmão, Carlos de Pina, se afastam da política goiana, mantendo, contudo, o prestígio e a influência, restando a outros parentes mais distantes a tarefa de continuar na vida pública, como foi o caso do deputado federal Geraldo de Pina que permaneceu mais tempo na vida pública que seus aparentados, mantendo fortes ligações com a família e com a cidade de Anápolis.

Não sabemos ao certo quais os motivos do afastamento paulatino dos Pina da vida pública goiana. Talvez pelo desgaste provocado pela conturbada segunda gestão de Carlos de Pina ou pelo clima hostil que tomou conta da vida política brasileira, a partir do golpe militar de 1964. Entretanto, depois da década de 1960 a presença dos membros da família irá aos poucos desaparecendo da política em Goiás.

Desta forma, percebemos, como lembra Braudel (2009), que em uma economia-mundo, além de mercadorias e serviços que entram e saem do seu núcleo urbano central, também dele se originam formas de influência política em virtude de sua posição de superioridade em relação às demais cidades integrantes do sistema, com força suficiente para direcionar os rumos políticos da região. Centro em torno do qual orbita um vasto conjunto de cidades organizadas na forma de uma economia-mundo, Anápolis influenciava, por meio dos mecanismos políticos e eleitorais, os rumos políticos de toda a região.

3. ENTRE AS CIDADES DE GOIÁS: FLUXOS E REFLUXOS DE UM SISTEMA URBANO CENTRALIZADO EM ANÁPOLIS

Marcado por mutações e transformações, desde seu surgimento ainda no século XIX, até os dias atuais, Anápolis se constitui como um polo urbano central no Mato Grosso Goiano. Núcleo citadino que abastece e influencia diversas cidades goianas em um espaço físico de dimensões consideráveis. Centro urbano de onde saem e chegam mercadorias, capitais, decisões políticas e também direcionamentos culturais. Local de referência para os diversos segmentos de atuação profissionais e grupos sociais, desde a oferta de recursos médicos e hospitalares, formação educacional, serviços bancários, inovações tecnológicas e, até mesmo, instrumentos de comunicação e informação. Assim, algumas dezenas de milhares de pessoas recorrem a Anápolis em busca dos mais diversos tipos de produtos e serviços.

Noutros termos, se configurou na localidade um grande polo urbano que englobava uma gama considerável de cidades realizando serviços, negócios e trocas econômicas. Assim, poderíamos classificar essa configuração socioeconômica materializada no coração do Estado de Goiás, como um polo urbano de importância fundamental na região central do Brasil.

3.1. ANÁPOLIS COMO NÚCLEO FUNDAMENTAL NO ESPAÇO URBANO DE GOIÁS

A cidade de Anápolis sempre ocupou lugar de destaque na região, devido a sua localização geográfica privilegiada, sua vocação natural para o comércio, à prosperidade econômica e às oportunidades de crescimento nos negócios, que se tornaram, com o tempo, características marcantes do município. Como aponta França,

A cidade, já no início do segundo decênio deste século, tornou-se ponto de atração para os comerciantes tropeiros, nela fixando-se e instalando

estabelecimentos comerciais. Asseguravam com tais iniciativas, oportunidades de expansão dos negócios não só porque a cidade estava no projeto de percurso da via férrea, mas também pela grande afluência de pessoas, que já estava se processando, atraídas para o município. (1974, p. 648)

Assim, sedimentou-se na região um polo comercial que aos poucos foi expandindo seu raio de alcance e influência. Primeiro, atendendo a população de Anápolis e seus visitantes com seu comércio no varejo e, depois, com grandes armazéns e casas comerciais atacadistas, suprimindo as necessidades dos habitantes das cidades vizinhas. De acordo com França,

As casas comerciais, com aumento dos seus estoques, foram constituindo-se em verdadeiros armazéns gerais, cujas principais mercadorias eram: chapéus, calçados, drogas, arreios, fazendas, armas e munições, armarinhos, ferragens e gêneros secos e molhados de primeira necessidade. Dispunham de alojamentos rústicos, chamados “pouso de tropeiro” para acomodação dos fregueses e pastos para as tropas nas imediações da cidade. Tais serviços eram também explorados por elementos que não possuíam casas de comércio. Essas casas comerciais logo começaram a funcionar em caráter de comércio atacadista, abastecendo as cidades vizinhas. (1974, p.649)

Conseqüentemente ao sucesso econômico do comércio, a pequena elite local (comerciantes e cerealistas) passou a investir em outras atividades econômicas, a exemplo dos setores industrial e financeiro. Assim, o setor industrial foi pioneiro, assistindo à instalação de máquinas de beneficiamento de grãos (café, arroz e feijão). Como vimos, foi também de Anápolis a principal companhia fornecedora de energia elétrica que abasteceu uma vasta região por mais de três décadas, a companhia Força e Luz, e a primeira fábrica de tecidos, fiação e tecelagem de algodão que funcionou em Goiás, a Fábrica de Fiação e Tecelagem de Algodão S/A, além das maiores olarias do Estado, produtoras de telhas e tijolos que abasteceram, inclusive, a construção da própria capital federal, Brasília.

Logo, ao lado das atividades industriais, o setor bancário também se desenvolveu. Em 1942 foi fundado, pelo grupo Pina, o primeiro e principal banco

privado da cidade e de Goiás, o Banco Comercial do Estado de Goiás S/A. Criado com capital local e com matriz na própria cidade, o banco, além de atuar fortemente em Anápolis, expandiu rapidamente seus serviços a várias outras cidades goianas, tais como Jaraguá, Uruaçu, Ceres, Inhumas, Goiânia, Itaberaí, Pires do Rio, Pirenópolis e Silvânia.

Assim, contando com o Banco Imobiliário do Oeste Brasileiro S/A, também de origem local, várias agências de bancos mineiros e uma agência do Banco do Brasil, a cidade de Anápolis se converteu muito rápido em polo fornecedor de serviços bancários.

Na esteira desta infraestrutura urbana, que funcionou como estímulo ao desenvolvimento de outros setores, a área da saúde receberia, em 1927, através da iniciativa de James Fanstone³⁴, o principal hospital da região, o Hospital Evangélico Goiano, seguido, em 1933, da Escola de Enfermagem Florence Nightingale. Logo em seguida, farmácias, laboratórios e consultórios odontológicos também se constituíram na região e, assim, a cidade se tornou em referência também na prestação de serviços médicos hospitalares.

No setor educacional não foi diferente. Em meados da década de 1940, além de já possuir escolas primárias, se abriram três colégios de ensino médio, além de um instituto formador de pastores protestantes, duas escola técnicas de comércio e a Escola Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), instalada em 1949. Ainda de acordo com França, “Com o funcionamento em regime de internato em quase todos os estabelecimentos, com exceção das escolas de comércio, grande número de jovens de outros municípios buscavam os benefícios do setor educacional do centro urbano”. (1974, p. 659)

Assim, Anápolis oferecia mercadorias, capitais e serviços, constituindo-se no centro de um importante conjunto de cidades.

³⁴ Médico pernambucano filho de ingleses, graduou-se em Minas Gerais, lutou nas trincheiras da primeira grande guerra mundial ao lado das tropas britânicas e depois de atuar profissionalmente em Ipameri/GO, mudou-se definitivamente para Anápolis/GO em 1925. Posteriormente sua família se ligará a família Pina por meio de casamentos de descendentes de ambos os grupos familiares.

Vale a pena mencionar, em função de sua importância, as atividades ligadas ao sistema de comunicação. Os jornais impressos da cidade, existentes desde meados da década de 1930, eram usados com frequência para fazer anúncios e publicações oficiais das cidades vizinhas.

Já em 1946, com a inauguração da sua primeira emissora de rádio, a Rádio Carajá, Anápolis entra numa nova fase no setor das comunicações e altera o modo e o alcance de difusão da sua vida social e cultural. Como disse Marques (2014, p. 63), “[...] o rádio tornar-se-ia substancial para o desenvolvimento de Goiás. Integra as regiões interioranas à marcha do desenvolvimento. Torna-se a voz daqueles lugares esquecidos e silenciados.” Assim, a expansão do rádio e outros meios de comunicação eram como braços da modernização, pois alcançavam os mais diversos lugares e pessoas, carregando consigo a cultura do progresso, buscando integrar as mais distantes localidades à lógica da política desenvolvimentista nacional.

Logo, cidades inteiras estavam conectadas a Anápolis, em função do desenvolvimento de um avançado sistema de comunicação e de informação.

Além disso, com o tempo, o próprio sistema rodoviário e ferroviário que ligava Anápolis ao restante do país, serviria de ligação da cidade com outras regiões que também sofriam as influências das transformações modernizadoras. Segundo França, esse processo “Expandia a fronteira agrícola sustentada pelos serviços da cidade de Anápolis. A disseminação pioneira dos transportes rodoviários foi favorecendo a canalização da produção para o centro comercial de exportação”. (1974, p. 646)

Isto é, ao mesmo tempo em que o eixo rodoviário e o ramal ferroviário ligavam estruturalmente Anápolis a outros municípios e espaços geográficos, a localidade se convertia em núcleo atrativo de mercadorias e serviços, que poderiam assim chegar mais facilmente aos mercados consumidores urbanos mais próximos, com as quais o município se conectava. Por este caminho, Anápolis expandia sua teia de influências pelo interior do Estado de Goiás.

Com o sucesso do comércio local, famílias ricas e influentes da cidade – os Bulhões, os Jardins e Caiado, bem como os Pina – puderam concentrar sua atenção e capital em outras esferas da economia. Assim, os setores agroindustrial e bancário também se desenvolveram obtendo o mesmo sucesso do comércio, incrementando a economia local e consolidando um polo econômico atrativo na região. De acordo com Silva,

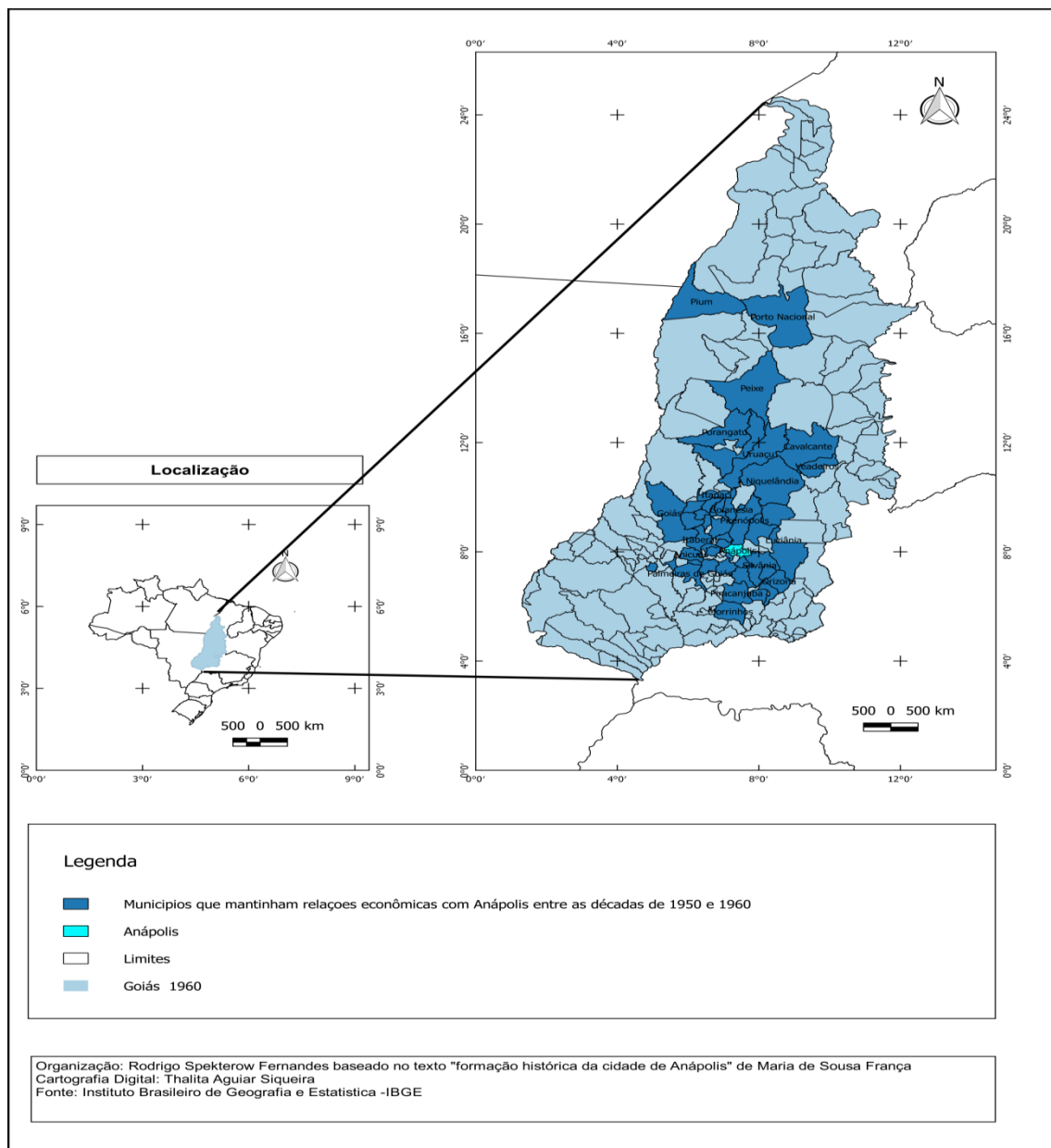
O comércio dessas lojas e armazéns será o responsável pela acumulação de capital dos comerciantes locais, o que permitiu a transferência de capital para as lavouras de café e arroz voltados para a exportação que se intensificarão no município a partir do início do século XX, dinamizando a economia do município, e o tornando um polo atrativo aos investimentos de capital provenientes de outras regiões. (1997, p.57)

Assim, o sucesso destes três setores, o comércio, a indústria, e o setor de serviços bancários, dentre outros, sedimentaram o caminho não só do sucesso econômico de Anápolis, mas também da sua influência sobre uma vasta região de Goiás. Noutras palavras, em virtude da dinâmica de suas atividades, a cidade costurou ao longo do tempo uma complexa teia de relações econômicas e políticas que envolvia uma série de outras cidades goianas.

Formou-se, assim, um auspicioso centro econômico, com Anápolis assumindo uma posição estratégica, rodeada, por sua vez, de outras cidades que gravitavam em torno de sua órbita. Do centro, nos dois sentidos e em várias direções, circulavam mercadorias, capitais e serviços, de onde irradiavam, simultaneamente, influências políticas e culturais, tingindo de cores muito específicas o processo de modernização no interior do cerrado brasileiro, através do exercício de formas de controle e poder sobre um espaço onde se aglomeravam pessoas e cidades que compunham sua zona de influência.

Lembrando as configurações de uma economia-mundo, não é difícil visualizar o conjunto das principais cidades goianas integradas a esse sistema urbano, cujo comando, centralizado em Anápolis, aproximava e conectava as partes distintas do mesmo complexo.

Mapa 2. Zona de influência de Anápolis em Goiás na década de 1950.



Fonte: França (1974).

O Mapa 2 indica a amplitude do raio de influência de Anápolis disseminada sobre a quase totalidade do território do Estado de Goiás, onde podemos contar as seguintes cidades: Anicuns, Bela vista, Bonfim (atual Sylvania), Cachoeira de Goiás, Corumbá de Goiás (com seu distrito Abadiânia), Cristianópolis (ainda como distrito de Santa Cruz de Goiás), Cidade de Goiás (com seus distritos: Carmo do Rio Verde, Ceres, Itapuranga e Rubiataba), Firminópolis, Inhumas, Itaberaí,

Itapaci (com o distrito de Pilar), Ituaçu, Jaraguá (com seus distritos: Goianésia, São Francisco de Goiás, Uruana, Rialma), Leopoldo de Bulhões, Luziânia, Nazário, Nerópolis, Niquelândia, Orizona, Palmeiras de Goiás, Peixe, Petrolina de Goiás, Piracanjuba, Pires do Rio, Pirenópolis, Porangatu, Porto Nacional (com o seu distrito de Pium), Morrinhos, Goiânia, Trindade, Uruaçu (e distrito de Amaro Leite), Veadeiros (e distrito de Cavalcante) e Vianópolis.

Os pontos em azul escuro são as cidades que estabeleciam relações econômicas diretas com Anápolis. Em azul esverdeado, bem no centro da grande área azul escura, a cidade de Anápolis.

Mesmo sendo maior o número total de cidades goianas que não estavam economicamente conectadas a Anápolis (em cor azul claro), o conjunto de cidades que compunham sua teia de influências (em azul escuro) possuía uma dimensão considerável, de tal forma que dominavam e quase encobriam o ponto central do mapa, com proeminência, inclusive, no extremo norte do Estado.

Quanto ao restante do mapa, é possível perceber a ausência da influência de Anápolis na região sul de Goiás, em especial no sudoeste do Estado, o que nos leva à seguinte leitura: durante o período que nos interessa, Anápolis domina econômica e politicamente a região central do Estado de Goiás – o conhecido Mato Grosso Goiano – e possui, também, vasta influência sobre o norte e extremo norte, enquanto que o sul e o sudoeste goiano estão desconectados de sua esfera de transações econômicas e políticas. Isso se deve, muito provavelmente, ao fato de essas cidades estarem sob a influência de outros centros urbanos.

De fato, a região sudoeste de Goiás possuía em seu espaço físico (se considerarmos a área externa à rede de cidades conectadas à Anápolis) a antiga capital do Estado, Cidade de Goiás, que, mesmo em menor grau, não deixava de ser um centro urbano importante em sua região. Por seu turno, as cidades da região sul estavam em contato direto, e há muito mais tempo, com importantes núcleos urbanos situados no interior das fronteiras do Estado de Minas Gerais. Mais especificamente à conhecida região do triângulo mineiro que, além de próspera e em pleno desenvolvimento econômico, constituía um importante

aglomerado urbano, sendo, inclusive, a porta de entrada de mercadorias, capitais, pessoas e inovações, provenientes do sudeste do país, para o Estado de Goiás.

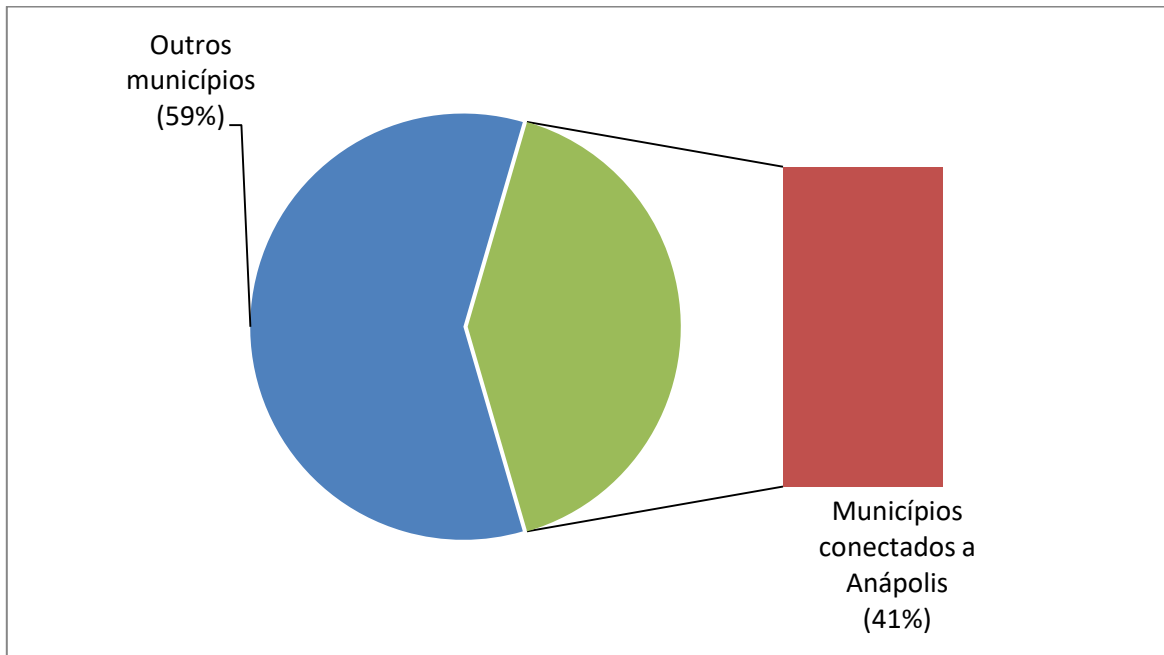
Portanto, a atuação dos atores econômicos e políticos, bem como a posição vantajosa de Anápolis no contexto das relações estabelecidas no interior da malha urbana que integrava o Estado de Goiás, corresponde muito bem a uma configuração semelhante à descrição que faz Braudel (2009) de uma economia mundo, conformada, notadamente, pela imagem de um núcleo urbano “autônomo” onde se estabelecem trocas e ligações importantes, mantendo um espaço central dominante que exerce influências na vida socioeconômica do conjunto, vencendo as grandes distâncias e estabelecendo, com suas mercadorias, capitais e serviços, a proeminência da cidade, no caso de Anápolis, sobre todo o centro geográfico de Goiás.

Traduzindo em números, estamos falando em 32 municípios com seus respectivos distritos, atingidos por influxos provenientes de Anápolis. Isto correspondia, naquele período, a 36% do território de Goiás, lembrando que uma vasta área ao norte somente se separou em 1988, originando o atual Estado do Tocantins.

Na prática, se consideramos o número de cidades, temos a seguinte situação: em 1950, havia em Goiás 77 (setenta e sete) cidades (municípios) reconhecidas legalmente (FRANÇA, 1974). Destas, 32 (trinta e duas) se encontravam em conexão direta com Anápolis. Logo, teríamos algo em torno de 41% (quarenta e um por cento) ou quase metade dos municípios goianos compondo diretamente esse sistema urbano de influências, fluxos e refluxos, centralizado em Anápolis.

No que tange à população, os números impressionam muito mais. Naquele momento, o grupo de cidades que estabelecia conexões de toda ordem com Anápolis correspondia à parte mais desenvolvida e povoada de Goiás. Assim, nas 32 (trinta e duas) cidades vegetavam algo em torno de 598.758 mil habitantes, o equivalente a 49% (quarenta e nove por cento) da população total do Estado que detinha, em 1950, segundo França (1973), 1.214.921 habitantes.

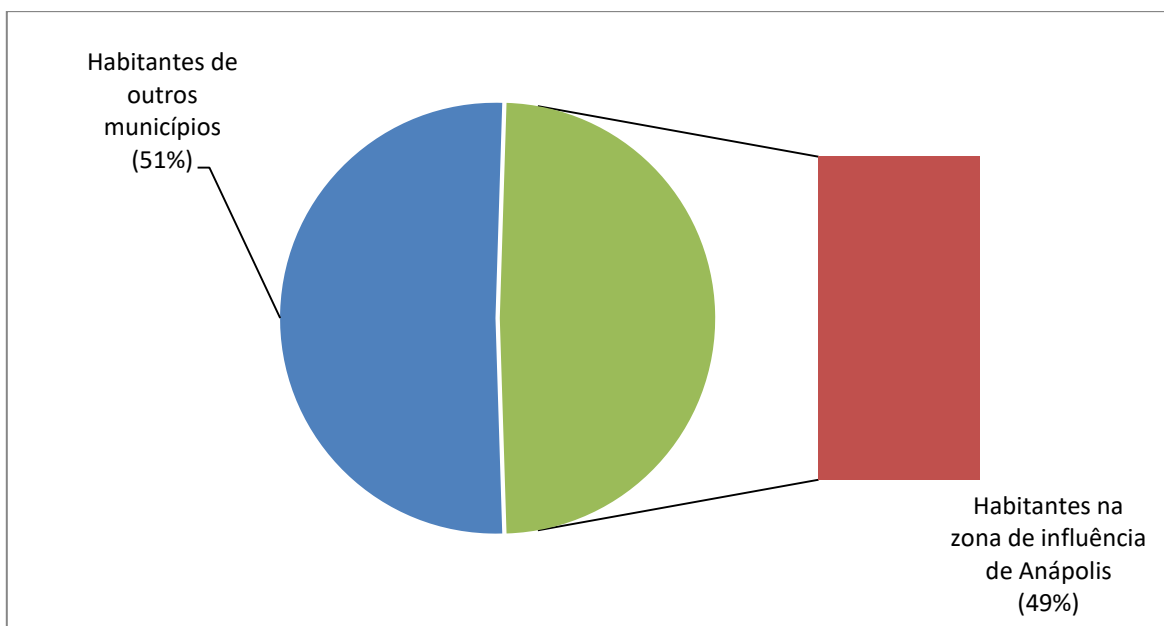
Gráfico 1. Influência de Anápolis sobre a rede de cidades goianas, em 1950.



Fonte: França (1974).

Portanto, os números indicam dimensões geográfica e demográfica nada desprezíveis nessa zona de influência urbana, cujo eixo central, em função de sua proeminência na região, estava baseado na cidade de Anápolis.

Gráfico 2. Habitantes na zona de influência de Anápolis, em 1950.



Fonte: França, 1974.

A magnitude de tal sistema urbano impressiona e estampa o peso e a influência de Anápolis sobre a malha urbana de Goiás. Desde o início, a partir, ainda, do alvorecer do século XX, quando já despontava como espaço de onde emanavam importantes fluxos econômicos e comerciais, tornando-se referência na região.

Essa situação foi incrementada e se potencializou com o advento do processo de modernização no Centro-Oeste, estimulando a expansão da cidade, que agregou à sua volta uma teia complexa de interesses, envolvendo relações econômicas e conexões políticas, constituindo um verdadeiro sistema urbano que ocupava parte considerável do território do Estado de Goiás.

3.2. A CIDADE DE ANÁPOLIS NO PERÍODO POSTERIOR A 1960

Anápolis passou por profundas transformações entre os anos 1930 e 1960. Tal fenômeno pode ser descrito através do processo de modernização pelo qual passou a cidade: de núcleo populacional diminuto, essencialmente rural, converteu-se em cidade de dimensão considerável, com forte economia industrial e interligada com outros espaços produtivos do país.

Desta forma, percebemos como o processo de modernização atingiu e modificou a cidade, alterando sua realidade nos mais diversos aspectos, ao tempo em que sedimentava o caminho para o sucesso econômico do município.

Assim, temos, em 1930, uma população de 33.375 habitantes, com uma economia fortemente comercial, associada a uma grande produção de grãos, separados, do ponto de vista geográfico, de outros núcleos urbanos. Mais tarde, em 1950, a população do município atingia 50.338 mil habitantes, com uma economia fortemente baseada no terceiro setor (comércio e setor de serviços), uma incipiente industrialização e o desenvolvimento de estratégias de superação das grandes distâncias, aproximando-se de outros grandes núcleos urbanos, através do desenvolvimento das estruturas inerentes à expansão capitalista na região. Neste momento a cidade contava com a

terceira maior população do Estado e, juntamente com a antiga capital (Cidade de Goiás) e a nova capital (Goiânia), somavam quase 20% (vinte por cento) de toda a população goiana. Como aponta França,

Em 1950 o Município de Anápolis destacava-se no Estado pelo seu contingente populacional. Dos 77 municípios goianos, apenas três possuíam mais de 50.000 habitantes. Goiás, 124.905 habitantes, Goiânia, 53.389 habitantes, e Anápolis com 50.338 habitantes. Os habitantes desses três municípios somavam 228.632, o que corresponde a 19% da população estadual. (1974, p. 647)

A industrialização em larga escala e de bens duráveis, ligados ao segundo setor da economia, apenas ocorreu, de fato, em 1976, com a instalação do Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA), como parte de uma política desenvolvimentista adotada pelo governo do Estado de Goiás, quando diversas indústrias de outros estados e países se instalaram na cidade – com destaque para o setor de medicamentos – dando origem ao maior polo farmoquímico da América Latina. Para melhor compreensão destas transformações, vale ressaltar a existência de um contexto nacional de modernização econômica e os interesses que presidiam as iniciativas do governo estadual. Como aponta Cunha (2010, p. 79),

O processo de definição e de implementação do Daia na cidade de Anápolis resultou de um conjunto de fatores entre os quais destacamos a realidade político-econômica do país, o interesse do governo de Goiás em promover a industrialização no estado e ainda o esforço da classe dirigente anapolina, somada à importância econômica assumida pela cidade ao longo do tempo.

Neste contexto, poderíamos concluir que um dos principais motivos responsáveis pela escolha da cidade para abrigar o mais novo e arrojado empreendimento estadual, foi nada mais nada menos que sua notável condição socioeconômica, resultado de um longo e complexo processo marcado por intensas transformações, demarcadas historicamente, cujo momento crucial pode

ser identificado durante o período objeto de estudo do presente trabalho. Como aponta Castro,

A cidade escolhida para iniciar o processo de industrialização do Estado foi Anápolis por apresentar os melhores coeficientes econômicos tais como: apresentar uma população de 150 mil habitantes, possuir 1.263 km² de área e contar com 3 rodovias federais e diversas estaduais, [...] o primeiro centro comercial do Estado depois da capital. A cidade era considerada a “Manchester Goiana” por ser o município mais próspero do Estado e apresentar uma tradição comercial-industrial, possuir capital social básico adequado e ter proximidade de duas capitais: Brasília e Goiânia. (2004, p. 28)

Percebemos, assim, como o processo de modernização, que começou ainda na terceira década do século XX, sedimentou o caminho e o futuro da cidade.

Assim, posteriormente, além do DAIA, a implantação de outros projetos também incrementou o processo de modernização da cidade: a base aérea militar (1969), a Universidade Estadual de Goiás (2002), o Centro Universitário de Anápolis, o Porto Seco do DAIA e a Plataforma Logística Multimodal, símbolos da modernidade e componentes estruturais primordiais para o desenvolvimento capitalista em expansão.

Finalmente, podemos inferir que as transformações sofridas pela cidade entre os anos 1920 e 1960 foram determinantes, já que coincidem com o processo de modernização que se instalou na cidade, cujas transformações marcaram o protagonismo da família Pina. Desde então, percebe-se como a cidade vai se ligando a outras e constituindo, pouco a pouco, uma malha entrelaçada de transações e influências, por onde circulam mercadorias, capitais e serviços, tal como, como diria Braudel, uma economia-mundo.

Assim, entendemos que esse momento histórico, entre 1920 e 1960, constitui etapa primordial para a configuração da cidade como polo econômico regional. As mudanças impostas pela expansão do sistema capitalista no Cerrado – representado pela “modernização conservadora” – foram consolidadas, ao

menos parcialmente, através das iniciativas e ações levadas a cabo pelo grupo Pina, lançando, assim, as bases iniciais para desenvolvimento socioeconômico da cidade.

CONCLUSÃO

Ao longo dessa dissertação buscou-se compreender as profundas modificações pelas quais passou a cidade de Anápolis, no início do século XX. Tal processo pode ser descrito através da noção “modernização”, em virtude da densidade e da complexidade dos acontecimentos materializados na região. Nessa perspectiva, buscou-se interpretar os fatores internos que atuaram, condicionaram e direcionaram as transformações ocorridas no município.

Foi através das diversas atividades econômicas desenvolvidas pela família Pina – principal agrupamento comercial varejista e atacadista do centro de Goiás – que se pode obter informações importantes a respeito do primeiro banco privado goiano, da primeira fábrica de tecidos da região e uma das principais indústrias fornecedora de material de construção básico para edificação de Brasília.

Assim, sob a tutela de membros da família Pina, essas complexas e diversas atividades econômicas, associadas a outras, contribuíram para alterar as feições da cidade e oferecendo uma nova configuração socioeconômica tanto para o município, quanto para o próprio Estado de Goiás.

Esse movimento controverso que atinge a cidade ainda no início do século XX, intensificado em grande escala com a chegada, na década de 1930, da ferrovia, pode ser descrito como um processo de modernização. A propósito, lembremo-nos de Castilho. Segundo ele,

[...] a burguesia não pode existir sem revolucionar, constantemente, os instrumentos de produção e, desse modo, as relações de produção e, com elas, todas as relações da sociedade (2009, p.13). A expansão desse processo pelos lugares é o que chamamos de modernização. O termo, nesse sentido, constitui uma representação teórica do processo de expansão territorial do próprio modo de produção capitalista pelos

lugares. (2009, p.37)

Assim o processo que se materializou em Anápolis, representou um desdobramento da expansão do sistema capitalista hegemônico paulista, que necessitava integrar o restante das regiões do país ao seu *modus operandi*, sob pena de colocar em risco a sua existência e, até mesmo, sua própria hegemonia.

Retornemos, também, a Fernand Braudel e seu modelo teórico. Nele, um aglomerado urbano é descrito como uma economia-mundo, uma “parte do planeta”, “fragmentada” no universo, mas “compacta” no seu espaço interno, com grande “independência e autonomia” econômica “externa”, mantendo, contudo, fortes “ligações e trocas internas”. Assim, percebemos como a configuração socioeconômica das empresas Pina e, conseqüentemente, da própria cidade de Anápolis, se desenvolve e se apresenta como uma verdadeira economia-mundo.

De outra parte, notamos também como os desdobramentos desse processo se espalham por Goiás e criam, através de trocas intensas de mercadorias, capitais e serviços, uma verdadeira teia de influências e relações que, a partir de Anápolis, alcançam grande parte das cidades goianas. Num movimento duplo e constante, as atividades econômicas do grupo Pina crescem, assim como também cresce a própria cidade e, de forma conjunta e interligada, costuram uma série de ligações sobre o território, indicando a proeminência e intensa participação de membros da família no processo de modernização da região.

A dimensão e a diversidade das atividades econômicas e políticas realizadas por membros da família Pina, demonstrada no segundo capítulo, falam por si mesmas. Percebe-se claramente a importância e o volume, em termos quantitativos, dos empreendimentos coordenados pelo grupo na cidade. Não podemos, entretanto, afirmar categoricamente que a cidade não teria se modernizado sem a presença e as iniciativas da família. Muito provavelmente teria sim, já que se trata de um processo quase sempre inexorável, em virtude de seu entrelaçamento com o sistema econômico dominante. Assim, se não fossem os Pina, muito provavelmente seriam outros os atores. Contudo, cabe ressaltar,

considerando os limites espaciais e temporais que demarcam o presente estudo, que a atuação dos membros da família Pina foi, de fato, decisiva para os desdobramentos do processo de modernização em curso na cidade.

Neste contexto, a política expansionista de Getúlio Vargas, a macha para o oeste, a expansão da fronteira agrícola, a chegada da ferrovia, a construção de Goiânia e a edificação de Brasília, são todos acontecimentos decisivos para a transformação do interior do Brasil, cuja recepção em Goiás contou com a participação ativa do grupo e da família Pina.

Atualmente, Anápolis possui a terceira maior população do Estado, algo em torno de 370.000 habitantes, sendo a segunda maior economia de Goiás, alavancando exportações na ordem de 200 milhões reais. Com uma economia fortemente industrializada e um próspero setor comercial e de prestação de serviços, possui *status* de cidade rica e desenvolvida em sua região.

Entretanto, há muitas mazelas a serem combatidas, a concentração de renda ainda é uma máxima que atormenta a população mais pobre. A maior parte da população sobrevive nos espaços periféricos da cidade, aonde falta estrutura básica, como escolas, creches e hospitais. Enquanto isso, no restante da cidade os crescentes índices de violência urbana assustam a população.

Essas são apenas algumas das máculas que o contraditório processo de modernização costuma deixar onde se manifesta. Em que pese aspectos que podem ser tidos como positivos, sedimenta o caminho da exclusão econômica, da perseguição social, do analfabetismo tecnológico, da manipulação política das massas sem formação (IANNI,1975), pois, como disse Castilho (2008), a modernização não “atinge” a todos da “mesma forma”, pois “varia” no “tempo e no espaço”. Pode até ser uma no seu modo de se reproduzir sobre determinado território, mas jamais será uma em seus resultados.

Ao mesmo tempo que promete, também ameaça, da mesma forma que aproxima, também separa. Em suma, se pudéssemos resumir o processo, uma palavra adequada seria, como afirma Berman (1986), “um turbilhão de contradições”.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Otília. B. Fiori. **Urbanismo em fim de linha e outros estudos sobre o colapso da modernização arquitetônica**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

ASMAR, João. **Anápolis e a Associação Comercial e Industrial de Anápolis-ACIA (breves históricos)**. Goiânia: Kelps, 2011.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII**. Volume 3. São Paulo: Editora WMF/Martins Fontes, 2009.

BERMAN, Marshall. **Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1986.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Evolução das ideias da CEPAL. **Revista da CEPAL**. Número Extraordinário. Santiago do Chile, outubro de 1998.

BORGES, Barsanulfo Gomides. **O Despertar dos dormentes**. 2 ed. Goiânia: Editora UFG, 1990.

BORGES, Barsanulfo Gomides. **Goiás nos quadros da economia nacional**. Goiânia: Editora UFG, 2005.

CAMPOS, Itami. **O coronelismo em Goiás**. Guarulhos: Editora Vieira, 2003.

CÂMARA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS. **Ata de registros das sessões de 1940**. Centro de Pesquisa e Documentação da Câmara Municipal. Anápolis/Goiás.

CÂMARA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS. **Ata de registros das sessões de 1952**. Centro de Pesquisa e Documentação da Câmara Municipal. Anápolis/Goiás.

CÂMARA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS. **Ata de registros das sessões de 1960**. Centro de Pesquisa e Documentação da Câmara Municipal. Anápolis/Goiás.

CASTELNAU, F. **Expedições às regiões centrais da América do Sul**. Volume 1. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1949. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/obras/expedicao-as-regioes--centrais-da-america-do-sul-v1/pagina/208/texto>. Acesso em: 20 jan. 2019.

CASTILHO, D. **Modernização territorial e redes técnicas em Goiás**. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Goiás (UFG), Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais. Goiânia, 2014.

CASTRO, J. D. B. (org.) **Ensaio sobre economia regional goiana**. Anápolis: UEG, 2004.

CASTRO, Joana D'Arc Bardella. **Anápolis: desenvolvimento industrial e meio ambiente. Anápolis (GO)**. Anápolis: Associação Educativa Evangélica, 2004.

CAPPELLO, M. B. C. A Revista Brasília na construção da Nova Capital: Brasília (1957-1962). **Risco: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**. São Paulo: EESP/USP, 2010.

CEDOC. Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual de Goiás/UEG (Campus de Ciências Socioeconômicas e Humanas/CSEH). **CORRESPONDÊNCIAS**, 1953, p. 73-107.

CEDOC. Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual de Goiás/UEG (Campus de Ciências Socioeconômicas e Humanas/CSEH). **CORRESPONDÊNCIAS**, 1957, p. 76.

CEDOC. Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual de Goiás/UEG (Campus de Ciências Socioeconômicas e Humanas/CSEH). **CORRESPONDÊNCIAS**, 1958, p. 164,175, 225, 227, 314.

CEDOC. Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual de Goiás/UEG (Campus de Ciências Socioeconômicas e Humanas/CSEH). **CORRESPONDÊNCIAS**, 1959, p. 334.

CHAUL, Nasr Fayad. **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade**. 3 ed. Goiânia: Editora UFG, 2010.

CUNHA MATTOS, Raimundo. **Corografia Histórica da Província de Goiás**. Rio de Janeiro: IHGB, v. 325, p. 285, out./dez, 1979.

CUNHA, W. C. F. **Dinâmica regional e estruturação do espaço intraurbano: um estudo sobre as influências do DAIA na economia anapolina a partir de 1990**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Goiás/UFG. Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais. Goiânia, 2009.

CUNHA, Wânia Chagas Faria. Contexto socioeconômico de Goiás na década de 1970 e a adoção da política de industrialização via distritos industriais. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 30, n. 1, p. 69-92, 2010.

DARREL, Levi E. **A família Prado**. São Paulo: Editora Cultura 70, 1977.

DOS SANTOS, T. D. O progresso na cidade de Anápolis: de arraial a Manchester Goiana. **II Congresso de Ensino Pesquisa e Extensão da UEG**. 20-22 outubro de 2015. Pirenópolis, Goiás.

FRANÇA, M. S. A Formação Histórica da Cidade de Anápolis e a sua Área de Influência Regional. São Paulo: ANPUH, p.635-664,1974.

FREITAS, Revalino A; POLONIAL, Juscelino Martins. **Formação Econômica de Anápolis**. Anápolis: Editora Kelps, 1988.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna. Uma Pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** São Paulo: Editora Loyola, 2007.

JAYME, Jarbas. **Famílias Pirenopolinas (Ensaio genealógico).** 1º Edição Póstuma. Volume 1, Pirenópolis, 1973.

IANNE, Octávio. **A formação do Estado populista na América Latina.** São Paulo: Ed. Ática, 1975.

KON, Anita. Sobre atividades de serviços: revendo conceitos e tipologias. **Revista de Economia Política**, v. 19, n. 2, abril-junho, 1999.

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica.** São Paulo: Atlas, 2009.

MARQUES, Edmilson Ferreira. **Tecnologia, política e cultura na história do rádio em Goiás (1950-1964).** Tese (Doutorado). Universidade Federal de Goiás (UFG), Faculdade de História, 2014.

MAQUES, J. A. **O desenvolvimento econômico de Anápolis e a sua relação com a construção de Brasília (1956-1960).** (Monografia). Universidade Estadual de Goiás (UEG), CSEH/UEG, Anápolis, 2006.

MOTTA, Diane Meirelles; AJARA, Cesar. Configurações da Rede Urbana do Brasil. **R. Paran. Desenv.**, Curitiba, n. 100, p. 7-25, jan./jun, 2001.

NOTA FISCAL. A Rainha da Barateza. **Nota Fiscal n. 2640**, emitida em 3 de junho de 1936. Arquivo da Associação Comercial e Industrial de Anápolis (ACIA), Anápolis, 1936.

Jornal **O Anápolis**, Anápolis, n. 410, 17 de janeiro de 1944.

Jornal **O Anápolis**, Anápolis, n. 610, 04 de setembro de 1946.

Jornal **O Anápolis**, Anápolis, n. 637, 06 de outubro de 1946.

Jornal **O Anápolis**, Anápolis, n. 723, 06 de novembro de 1947.

Jornal **O Anápolis**, Anápolis, n. 757, 15 de fevereiro de 1948.

Jornal **O Anápolis**, Anápolis, n. 769, 04 de abril de 1948.

Jornal **O Anápolis**, Anápolis, n. 922, 12 março de 1950.

Jornal **O Anápolis**, Anápolis, n. 984, 14 de maio de 1950.

Jornal **O Anápolis**, Anápolis, n. 1710, 09 de julho de 1953.

Jornal **O Anápolis**, Anápolis, n.1773, 14 de fevereiro de 1954.

Jornal **O Anápolis**, Anápolis, n.1796, 11 de abril de 1954.

Jornal **O Anápolis**, Anápolis, n. 2835, 26 setembro de 1954.

Jornal **O Anápolis**, Anápolis, n. 2943, 12 fevereiro de 1955.

Jornal **O Anápolis**, Anápolis, n. 3028, 13 de abril de 1957.

Jornal **O Anápolis**, Anápolis, n. 3091, 28 de abril de 1957.

Jornal **O Anápolis**, Anápolis, n. 3140, 24 de outubro de 1957.

Jornal **O Anápolis**, Anápolis, n. 3152, 12 de dezembro de 1957.

Jornal **O Anápolis**, Anápolis, n. 3198, 01 de junho de 1958.

Jornal **O Anápolis**, Anápolis, n. 3228, 07 de setembro de 1958.

Jornal **O Anápolis**, Anápolis, n. 3240, 02 de novembro de 1958.

Jornal **O Anápolis**, Anápolis, n. 3714, 29 de fevereiro 1960.

Jornal **O Anápolis**, Anápolis, n. 4048, 26 de maio de 1961.

PEREIRA, L. A. G. Redes e fluxos em geografia: uma abordagem teórica. **Revista Tocantinense de Geografia**. Araguaína, v. 4, n. 1, p. 1-18, jan-jul, 2015.

PIRES, M; Ramos, P. O termo modernização conservadora: sua origem e utilização no Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 40, n. 3, jul.-set, 2009.

POLONIAL, Juscelino. **Introdução à história política de Anápolis (1819-2007)**. Anápolis: Edição do Autor, 2007.

POLONIAL, Juscelino. **Ensaio sobre a história de Anápolis**. Anápolis: Associação Educativa Evangélica, 2011.

SAINT- HILAIRE, August de, **Viagem à Província de Goiás**. Tradução de Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da USP, 1975.

SANTOS, V. G. **A participação de Anápolis na construção de Brasília período de 1956 a 1960**. (Monografia). Universidade Estadual de Goiás (UEG), CSEH/UEG, Anápolis, 1997.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE GOIÁS. **Ranking dos municípios goianos em 2005**. Disponível em: <<http://www.imb.go.gov.br/down/rank2005.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2015.

SILVA, J. B. M. **O interior e sua importância no projeto centralizador do Brasil: Anápolis anos 20-30**. Dissertação (Mestrado). Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL). Universidade Federal de Goiás (UFG), 1997.

TOLEDO, Francisco S. Taubaté como palco. O Vale do Paraíba como cenário. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 4, n. 3 (número especial), p. 118-137, 2008.



VARGAS, L. G. C. **Representações sociais do progresso. Uma perspectiva a partir da chegada da estrada de ferro em Anápolis.** Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Goiás (UFG). Faculdade de Artes Visuais (FAV). Goiânia, 2015.